

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**ENSINO JURÍDICO E PERSPECTIVAS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE
A DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL E OS SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DOS
OPERADORES DO DIREITO**

BÁRBARA FRANCESCONI DE ALMEIDA COSTA

**Rio de Janeiro
2020/1**

BÁRBARA FRANCESCONI DE ALMEIDA COSTA

**ENSINO JURÍDICO E PERSPECTIVAS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE
A DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL E OS SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DOS
OPERADORES DO DIREITO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dra. Cristiane Brandão Augusto**.

Rio de Janeiro

2020/1

CIP - Catalogação na Publicação

Fe Francesconi de Almeida Costa, Bárbara
ENSINO JURÍDICO E PERSPECTIVAS DE GÊNERO: UMA
ANÁLISE SOBRE A DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL E OS SEUS
REFLEXOS NA ATUAÇÃO DOS OPERADORES DO DIREITO /
Bárbara Francesconi de Almeida Costa. -- Rio de
Janeiro, 2020.
71 f.

Orientadora: Cristiane Brandão Augusto.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2020.

1. Ensino jurídico. 2. Direito penal. 3.
Perspectiva de gênero. 4. Movimento das mulheres.
I. Brandão Augusto, Cristiane, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

BÁRBARA FRANCESCONI DE ALMEIDA COSTA

**ENSINO JURÍDICO E PERSPECTIVAS DE GÊNERO: UMA ANÁLISE SOBRE
A DOGMÁTICA JURÍDICO-PENAL E OS SEUS REFLEXOS NA ATUAÇÃO DOS
OPERADORES DO DIREITO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em
Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito
para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da
Professora Dra. Cristiane Brandão Augusto.

Data da Aprovação: __/ __ / ____.

Banca Examinadora:

Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Rio de Janeiro

2020/1

“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. ” (Eduardo Galeano citando Fernando Birri in “Sangue Latino”)

RESUMO

O presente trabalho investiga o ensino jurídico sob um viés crítico, voltando a análise para a dogmática jurídico-penal contemporânea e as (ausentes) perspectivas de gênero nessa área. A partir de uma pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, procurou-se compreender se a dogmática jurídico-penal tradicional está atenta às questões de gênero e de direitos humanos das mulheres, bem como de que forma a adoção de uma perspectiva de gênero na teoria jurídica e na análise de leis repercute na prática dos operadores do direito. Para tanto, foi feito um resumido estudo de caso com o crime de aborto – escolhido por ser um tema caro ao movimento das mulheres -, analisando-o na doutrina penal tradicional com base em três autores contemporâneos. Por fim, procurou-se investigar recentes decisões sobre interrupção da gravidez, verificando-se, assim, a carga de responsabilidade do ensino jurídico tradicionalmente transmitido na reprodução das opressões.

Palavras-chave: ensino jurídico; Direito Penal; perspectivas de gênero; movimento das mulheres.

ABSTRACT

The present paper investigates legal education from a critical point of view, turning the analysis to contemporary criminal dogmatic and the (absent) gender perspectives in this area. Based on bibliographic and jurisprudential research, we sought to understand if the traditional criminal dogmatic is attentive to gender and women human rights, as well as how the adoption of a gender perspective in legal theory and in analysis of laws has repercussions on the practice of legal operators. For this purpose, we analyze the crime of abortion - chosen because it is an important topic for the women's movement - in the criminal doctrine of three contemporary authors. Finally, we sought to investigate recent decisions on termination of pregnancy to understand the burden of responsibility of legal education in the reproduction of oppression.

Keywords: legal education; Criminal Law; gender perspectives; women's movement.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1. LUTAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DAS MULHERES: RETOMANDO OS CAMINHOS ATÉ AQUI..... | 12 |
| 1.1. Os esforços dos movimentos das mulheres para transformações no Brasil..... | 12 |
| 1.2. As mudanças no Legislativo | 18 |
| 1.2.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) | 20 |
| 1.2.2. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará | 21 |
| 1.2.3. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06)..... | 24 |
| 1.2.4. Lei do Feminicídio..... | 27 |
| 1.3. Políticas Públicas e Poder Executivo..... | 29 |
| 2. ENSINO JURÍDICO: HÁ ESPAÇO PARA PERSPECTIVAS DE GÊNERO?..... | 33 |
| 2.1. Panorama do ensino jurídico | 35 |
| 2.2. Direitos humanos e direitos humanos das mulheres como objetos de estudo no curso de direito..... | 38 |
| 2.3. A doutrina jurídico-penal, a (não) presença das perspectivas de gênero e a investigação acerca do aborto..... | 40 |
| 3. IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DE PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ENSINO JURÍDICO E NA ATUAÇÃO DOS OPERADORES DO DIREITO | 52 |
| 3.1. Análise crítica das perspectivas adotadas pela dogmática jurídico-penal brasileira..... | 52 |
| 3.2. Reflexos na prática de uma dogmática alheia à gênero | 54 |
| 3.3. O direito é capaz de trazer alguma solução? | 58 |
| CONCLUSÃO..... | 62 |
| REFERÊNCIAS..... | 65 |

INTRODUÇÃO

O movimento de mulheres no Brasil possui um vasto histórico de lutas por direitos no caminho de transformações sociais. As reivindicações relacionam-se a diversas áreas, tais como educação, saúde, trabalho, planejamento familiar, tratamento sem violência, e etc. Em consonância com a diversidade de pautas, há uma variedade de espaços para que o debate sobre tais direitos seja construído e estimulado em prol de transformações, e um deles deveria ser o ensino jurídico.

O ensino jurídico, a princípio, parece ser território fértil para pautar debates emancipadores na busca de transformações sociais. A criação de teorias e princípios, a interpretação de leis que influem diretamente na vida das pessoas, tudo isso deveria abrir extenso espaço para diálogo com os mais variados grupos e movimentos sociais que estão a par da dinamicidade da vida para que, assim, o direito pudesse ser menos conservador e discriminatório, mais criativo e, - por que não? - mais útil. Mas, na prática, será que é isso que ocorre?

Com base nessas inquietações, e tendo como foco o movimento das mulheres e suas contribuições para a sociedade e para o direito, o presente trabalho monográfico buscou compreender como se dá a presença (ou se há tal presença) das perspectivas de gênero no ensino jurídico e, de forma mais específica, na dogmática jurídico-penal tradicional.

A escolha pelo tema perpassa pelo reconhecimento do quanto é importante reforçar as contribuições dos movimentos de mulheres para a conquista de direitos. Ao mesmo tempo, reconhece-se que ainda há muito trabalho a ser feito. Nesse caminho, é de suma importância atentar-se a qual viés os estudantes que, futuramente, serão os aplicadores de leis e idealizadores de teorias, estão aprendendo no âmbito do ensino jurídico e, especificamente, no ensino penal.

Entende-se que é importante fazer uma abordagem crítica do direito sob uma perspectiva de gênero, ou seja, uma perspectiva consciente das discriminações e violências de gênero, que impõe um olhar comprometido aos impactos que determinadas análises, fenômenos, retóricas, podem produzir nessas discriminações e violências. Um dos motivos que faz com que essa análise sobre o ensino jurídico seja importante é saber que as regras e os princípios trabalhados nas salas de aula e nas obras jurídicas serão, impreterivelmente, operados

na prática. Eles aparecerão como protagonistas na resolução de casos concretos que atingirão mulheres de carne e osso.

Para concretizar a proposta do trabalho, primeiramente, buscou-se investigar, através de pesquisa bibliográfica, as demandas dos movimentos de mulheres e a materialização de algumas dessas demandas em leis e políticas públicas do Executivo. Foi feita uma retrospectiva que englobou o surgimento e o crescimento do movimento no Brasil, com especial atenção à importante época das mobilizações de feministas em diversos espaços para reunir propostas a serem apresentadas à Assembleia Constituinte que antecedeu a Constituição da República de 1988.

No âmbito do Legislativo, destacaram-se algumas modificações no Código Penal, que refletiram a concretização de pautas do movimento, bem como a criação da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha), da Lei 13.104/15 (lei que incluiu o feminicídio no Código Penal) e de outros documentos internacionais importantíssimos, como a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Belém do Pará). Já no Executivo, foi dado destaque à criação das delegacias especializadas de atendimento à mulher e às Conferências sobre políticas para mulheres. Toda essa contextualização é necessária para chamar atenção ao fato de que o movimento de mulheres no Brasil existe, faz barulho e está muito atento às normas e outros objetos de estudo do direito.

No segundo capítulo, buscou-se, novamente através de pesquisa bibliográfica, analisar o ensino jurídico, primeiramente de forma ampla, e depois afunilada com a análise voltada para a dogmática jurídico-penal. Foram feitas reflexões sobre os critérios a serem considerados para que determinado conteúdo seja mais importante que outros, a insistência do direito em distanciar-se de outras ciências humanas, a forma pretensamente neutra a qual ele é transferido, a quem ele serve, e etc. A partir disso, passa-se a questionar se há espaço para incorporar uma perspectiva de gênero nesse conhecimento. Para uma análise mais aprofundada, escolheu-se, de forma específica, o direito penal. O cerne da questão é investigar como autores de obras doutrinárias contemporâneas e frequentemente recomendadas abordam – a partir de qual perspectiva - temas que interseccionam direito penal e gênero, utilizando-se, para tanto, um resumido estudo de caso do aborto.

Por fim, no último capítulo, recorreu-se à pesquisa jurisprudencial sobre interrupção da gravidez para compreender como os operadores de direito – nesse caso, os magistrados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) – tratam esse tema em suas decisões recentes. A razão para isso foi a necessidade de se verificar se havia consonância entre a retórica jurídica tradicionalmente ensinada nos manuais e aquela cotidianamente trabalhada na prática. Os resultados dessa análise também foram registrados nesse último capítulo, retomando-se o debate do ensino jurídico e o seu papel na manutenção das opressões.

1. LUTAS, POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DAS MULHERES: RETOMANDO OS CAMINHOS ATÉ AQUI

1.1. Os esforços dos movimentos das mulheres para transformações no Brasil

Antes de tudo, que fique marcado de onde partimos: não há como tratar as políticas públicas acreditando-se que vieram do nada, que surgiram através de uma legião de boa vontade estatal. As políticas públicas são necessárias para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (2006, BUCCI, p. 39), e não há como referir-se aos objetivos socialmente relevantes sem ao menos contextualizar os movimentos sociais que reivindicaram a relevância da questão.

A profundidade dos múltiplos problemas que confrontamos por vivermos em uma sociedade marcada e estruturada por componentes de raça, classe e gênero exige, por certo, uma multiplicidade de caminhos que apontem para transformações sociais. Nesse sentido, em razão de disputas e esforços empreendidos, bem como por força da internalização de instrumentos internacionais, foram desenvolvidas algumas políticas públicas na tentativa de dar visibilidade e de fortalecer os direitos humanos das mulheres.

Não se faz política pública para enfrentar algo que não seja um grande problema social. O desenvolvimento das políticas públicas ocorre através de processos complexos e de vocação interdisciplinar. Além disso, não nos esqueçamos de que “ao se falar em políticas públicas, fala-se de ‘vontade política’” (1994, BARSTED, p. 13) e também de disputas entre grupos de interesses divergentes.

Por todas essas razões, é tarefa difícil analisar determinada política pública, e mais ainda um conjunto delas. Assim, registre-se que não há intenção de esgotar o tema, mas tão somente apresentar, neste primeiro capítulo, um panorama sobre as lutas das mulheres e alguns de seus resultados na forma de políticas públicas, para que sirva de base e contexto para o entendimento dos próximos capítulos.

No Brasil, embora as várias formas de opressões já fossem velhas conhecidas e já existissem movimentos sociais para enfrentá-las, tais movimentos ganharam mais força e insurgência na década de 80, período da denominada redemocratização. Nessa época,

“segmentos organizados do movimento social denunciaram a violência da discriminação social, racial e sexual; do desrespeito à identidade dos povos indígenas; da intolerância aos movimentos políticos de oposição e da repressão aos trabalhadores rurais, entre outras” (1994, BARSTED, p. 11).

Quanto ao movimento feminista no Brasil, algumas de suas ideias já circulavam desde 1830, ainda que não se denominassem como “ideias feministas”. Alves (2019) relembra que Nísia Floresta Brasileira Augusta, brasileira que viveu muitos anos na Europa, veio ao Brasil, nessa época, com pensamentos abolicionistas, republicanos e feministas. Ela fundou e dirigiu colégios femininos com ideais de emancipação (ALVES, 2019, p. 54). As primeiras reivindicações dos grupos de mulheres de classes dominantes no Brasil estão relacionadas ao direito de ler e escrever, e depois ao direito de votar.

O direito feminino ao voto veio em 1932. Bertha Lutz era uma bióloga e ativista que atuou intensamente para que isso ocorresse, principalmente a partir de 1918. Em 1919 ela criou a “Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher”, já se reivindicando como feminista, e em 1922 fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (ALVES, 2019, p. 55-56). Junto com outras mulheres, ela organizou o Congresso Internacional Feminista em 1922 no Rio de Janeiro, fundamental para mobilizar mais pessoas para a luta sufragista feminina (ALVES, 2019, p. 56).

Avançando à década de 70, pode-se afirmar que nesse momento o movimento feminista no Brasil já estava articulado, e pontualmente comprometido, entre outras pautas, com o fim da ditadura militar no país, o trabalho feminino, a violência de gênero, os direitos sexuais e reprodutivos, inserção na política e etc. Duarte (2019, p. 42) destaca a criação de jornais e periódicos por mulheres, como os jornais “Brasil mulher” (1975), “Nós mulheres” (1976) e “Mulherio” (1981). Todos eles enfrentaram as questões supracitadas e auxiliaram na construção de uma consciência para a cidadania.

Pitanguy relembra que o movimento feminista, durante a ditadura

(...) adquiriu visibilidade enquanto movimento político, questionando as relações de poder, as desigualdades e hierarquias que definiam a mulher como cidadã de segunda categoria. Organizado em coletivos informais, grupos de reflexão, centros de estudos em universidades, trabalhando em articulação com outras forças sociais que lutavam contra a ditadura militar, as feministas levaram a agenda de direitos das mulheres a

espaços diversos como sindicatos, associações profissionais, academias, imprensa, entre outros (2019, p. 82).

Além disso, nos anos 70, o movimento feminista no Brasil foi responsável por chamar atenção à violência de gênero, a qual vinha sendo escamoteada do debate, inclusive dentro dos próprios movimentos progressistas da época. Uma das principais bandeiras levantadas pelas mulheres à época foi a de visibilidade e defesa à mulher vítima, principalmente, da violência doméstica, uma vez que a sociedade vivia alicerçada em uma estrutura profundamente patriarcal, e o espaço doméstico privado era completamente dissociado da esfera pública. Isso causou invisibilidade e o não reconhecimento dessa violência e não permitia denúncias a instâncias formais e/ou informais. Essa violência era um problema privado.

Como será abordado em tópico adiante, a questão da violência de gênero acabou mobilizando bastante as feministas a se organizarem em prol de mudanças legislativas. Além disso, as pautas dos grupos de mulheres feministas abrangiam, entre outras questões, a “modificação da legislação civil, o fim da educação diferenciada, a luta pela igualdade salarial, (...), pelo direito à regulação da fertilidade, pelo acesso a serviços de saúde eficientes e creches, sem falar da luta específica contra a violência física e psicológica” (1994, BARSTED, p. 12).

Nos anos 80, já havia um avanço significativo no movimento, a ponto de ter chegado aos debates acadêmicos, inclusive com institucionalização dos estudos sobre a mulher, sendo criados núcleos de estudo, com foco em pesquisas sobre o tema nas universidades (DUARTE, 2003, p. 167).

É necessário pontuar que, nesse caminho, grande parte do movimento era composto por mulheres brancas e/ou de classes dominantes, e algumas teorias foram desenvolvidas a partir desses lugares. A partir dessa percepção, algumas feministas racializadas passaram a chamar atenção para o fato de que, muitas vezes, a categoria “mulher” era considerada de maneira universalizada, sem considerações de outros aspectos que dificultam a afirmação da existência de uma experiência feminina universal.

Nesse sentido, impõe-se expor as relevantes análises e críticas ao movimento desenvolvidas, principalmente, por Lélia Gonzalez. Lélia denunciou que o movimento feminista não se mostrava muito aberto para reconhecer e dar atenção às opressões sofridas por mulheres negras, gerando um apagamento explicado pelo racismo por omissão.

Lélia questionou, em um famoso artigo, as razões pelas quais existia esse “esquecimento” do feminismo. E entendeu que a resposta estaria no “racismo por omissão e cujas raízes, dizemos nós, se encontram em uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista da realidade” (GONZALEZ, 1988). Sua conclusão é a seguinte:

Por tudo isso, o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não ser brancas (GONZALEZ, 1988).

Relacionadas a essas críticas, determinadas mulheres passaram a pensar em reformulações de categorias já consolidadas do feminismo. Luiza Bairros (1995), dialogando com Judith Grant, aponta para a necessidade de repensar as categorias “mulher, experiência e política pessoal”, historicamente utilizados pela teoria feminista de forma a supor uma universalidade de experiências:

A outra tentativa mais recente de transformar as categorias mulher, experiência e política pessoal é o ponto de vista feminista (feminist standpoint). Segundo essa teoria, a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista.

Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade uma pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas (BAIRROS, Luiza, 1995, p. 461).

Ainda nos anos 80, é imprescindível abordar a atuação dos movimentos das mulheres na época da Assembleia Constituinte. Segundo Pitanguy, o movimento feminista sempre teve uma boa articulação no exercício da *advocacy*, cuja definição seria “uma ação política desenvolvida junto ao Estado, ou a outras instâncias nacionais ou internacionais no sentido de alcançar determinado objetivo” (2019, p. 82).

Com o exercício da *advocacy*, foi possível visibilizar e fazer coro com uma série de demandas e pautas para a agenda política da época, inclusive de outros diversos movimentos sociais. O Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, órgão federal criado na época,

demonstrou, através de suas Comissões, o que era de interesse do movimento feminista para ser pautado naquele momento. As áreas de trabalho do Conselho eram: violência, saúde, creche, educação, cultura, trabalho, mulher negra, mulher rural e legislação.

Pitanguy destaca que “uma das primeiras preocupações do CNDM foi organizar um programa voltado para a Assembleia Constituinte que, através das eleições parlamentares, seria eleita em 1986” (2019, p. 85). O programa foi organizado pelo trabalho de muitas mãos, de mulheres do país inteiro, com intensas mobilizações não só no âmbito federal, mas também no estadual.

As propostas e sugestões chegavam até o CNDM através de cartas, fax e telegramas, e aí ocorria o seguinte: “(...) um grupo de trabalho organizava o material, descartando propostas que não se coadunavam com o ideário constitucional, e consolidando as demais demandas e propostas em função dos capítulos discutidos na Assembleia Constituinte. ” (PITANGUY, 2019, p. 86).

Shumaker (2018, p. 66) recorda que ela e as outras mulheres que formavam a equipe do CNDM envolvida com os trabalhos para a Constituinte viraram “peregrinas” e se movimentaram para valer pelos estados brasileiros, sempre buscando o diálogo com organizações, lideranças locais e promovendo a campanha que encabeçavam.

A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes foi entregue ao então Presidente do Congresso, deputado Ulysses Guimarães “e depois, lançada em todas as Assembleias Legislativas Estaduais de maneira a evidenciar a organização articulada das mulheres e o caráter nacional de suas propostas” (SHUMAKER, 2018, p. 67).

Acerca do conteúdo da Carta, merece destaque, no que tange às reivindicações específicas (CNDM, 1987):

- i) Família: “plena igualdade entre os cônjuges”; “acesso da mulher rural à titularidade de terras em Planos de Reforma Agrária qualquer seja seu estado civil”.
- ii) Trabalho: “salário igual para trabalho igual”; “igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional”; “extensão dos direitos trabalhistas e

previdenciários de forma plena às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais”; “licença especial às pessoas no momento da adoção”.

- iii) Saúde: “garantia de assistência integral à saúde da mulher em todas as fases da sua vida”; vedação ao Estado e às entidades nacionais e estrangeiras de impor ações que interfiram no exercício da sexualidade, bem como controlar a natalidade; obrigação ao Estado de oferecer “condições de acesso gratuito aos métodos anticoncepcionais”.
- iv) Educação e cultura: educação que dê “ênfase à igualdade dos sexos, à luta contra o racismo e todas as formas de discriminação, afirmando as características multiculturais e multirraciais do povo brasileiro”; ensino obrigatório da história da África e da cultura afro-brasileira; obrigação do Estado de “garantir o acesso da mulher, rural e urbana, a cursos de formação, reciclagem e atualização profissional; obrigação do Estado de garantir “perante a sociedade a imagem social da mulher, como trabalhadora, mãe e cidadã responsável pelos destinos da nação, em igualdade de condições com o homem, independentemente da origem étnico-racial”; dever de incorporar “aos estudos e estatísticas oficiais dados relativos a sexo, raça e cor”.
- v) Violência: “criminalização de quaisquer atos que envolvam agressões físicas, psicológicas ou sexuais à mulher, fora e dentro do lar”; eliminação da expressão “mulher honesta” do Código Penal; garantia de assistência médica, jurídica, social e psicológica a todas as mulheres vítimas de violência; plena autonomia da mulher para registrar queixas, independentemente do marido; “criação de Delegacias Especializadas no atendimento à mulher em todos os municípios do país”.

Pitanguy narra que, como presidente do CNDM na época, ela participou ativamente desse momento de diálogo com o Congresso Nacional, presenciando o que passaria a ser conhecido como “lobby do batom” (2019, p. 88-89). Essa denominação foi dada de forma pejorativa por outros deputados, mas foi abraçada pelas mulheres do movimento (SHUMAHHER, 2018, p. 68). O “lobby do batom” conjugou o trabalho de diferentes mulheres, tanto dentro do Congresso (deputadas) quanto fora do Congresso (trabalhadoras rurais e urbanas, intelectuais, empregadas domésticas, profissionais de saúde e etc.) para pressionar a aprovação de mais direitos às mulheres.

Pode-se dizer que o trabalho não foi em vão: o rosto da Constituição da República de 1988 tem muitos traços que espelham as demandas presentes na Carta das Mulheres Brasileiras aos constituintes. Aliás: não só a Constituição foi influenciada, mas também os principais códigos do ordenamento, a saber, o Código Penal e o Código Civil.

Esse é só um breve histórico para contextualizar a força e a necessidade de movimentos das mulheres e para exemplificar o quanto a mobilização e a luta foram importantes para pautar alguns direitos básicos. Merece destaque, desde já, o quanto um trabalho de base e a promoção do debate foram importantes em termos de desenvolvimento de consciência crítica para a luta por direitos.

Grande parte das mulheres – e também dos homens - só teve contato com essas ideias na juventude ou até em idades mais avançadas, pois era, obviamente, cômodo para os interesses dominantes a ausência de visibilidade das demandas que os diversos movimentos sociais reivindicavam. Além disso, descartando-se mobilizações como a que ocorreu na época da Assembleia Constituinte, ainda havia o problema da centralização de debates sociais importantes em espaços elitizados e com pouco acesso da população em geral. É também por razões como essa que será abordada, neste trabalho, a necessidade de aumentar e dar maior atenção ao potencial que tem o debate sobre direitos das mulheres – e de minorias em geral – no ensino jurídico e em outros espaços, que precisam ser enxergados como privilegiados para se tratar de direitos humanos.

Nos próximos tópicos, serão apresentadas as mudanças mais relevantes impulsionadas pelos movimentos das mulheres. É necessário lê-las atentando-se para o fato de que a história não é linear, e, por isso, os progressos não representam necessariamente uma linha de evolução, pois são sempre suscetíveis a retrocessos posteriores. Enquanto só a luta traz direitos, inúmeros motivos trazem desmontes. Por fim, ressalte-se também que tais mudanças, fruto de mobilizações, nem sempre foram reivindicações unânimes; porém, todas foram definitivamente marcantes.

1.2.As mudanças no Legislativo

É possível afirmar que o diálogo dos movimentos das mulheres com o Poder Legislativo sempre foi mais intenso. Uma das principais explicações para isso é que a legislação brasileira – tanto as leis por si só, quanto a aplicação delas pelo Poder Judiciário – espelhava a sociedade: extremamente conservadora e moralista, representando um instrumento de poder e controle.

No Código Penal, algumas das antigas e mais memoráveis reivindicações, conforme informa Barsted (1994, p. 20-23), foram:

- i) Eliminação da expressão “crimes contra os costumes” para se referir ao Título que contemplava os crimes de estupro e de atentado violento ao pudor;
- ii) Eliminação do adjetivo “honesta” na qualificação da mulher vítima dos crimes de “posse sexual mediante fraude” e de “atentado ao pudor mediante fraude”;
- iii) Revogação da causa de extinção da punibilidade nos casos em que havia casamento da vítima dos “crimes contra os costumes” com o agente ou com terceiros (no caso de o crime ter sido cometido sem violência ou grave ameaça e desde que a ofendida não requeresse o prosseguimento do inquérito policial ou da ação penal);
- iv) Revogação do crime de adultério;
- v) Descriminalização do aborto.

Além disso, também havia exigências de criações de leis específicas para coibir as diversas formas de violência ocorridas dentro dos lares e, ainda, que os advogados parassem de utilizar o argumento da “legítima defesa da honra” nos tribunais como justificativa para os homicídios cometidos contra esposas, companheiras e namoradas.

Dessas reivindicações, o Estado não deu nenhum tipo de resposta apenas para uma: a descriminalização do aborto. O termo “honesta”, as causas de extinção de punibilidade protestadas e o adultério foram abolidos do Código com a Lei 11.106/2005 e os “crimes contra os costumes” viraram “crimes contra a dignidade sexual” por força da Lei n. 12.015/09.

Já no Código Civil de 1916, um dos problemas apontados estava na perda da capacidade plena da mulher que se casava. Isso porque, com o casamento, o homem tinha, entre outros direitos, o de “administrar os bens familiares, inclusive os de sua esposa, de obrigá-la a ter relações sexuais com ele mesmo sem o seu consentimento, (...) e, ainda, o direito de acabar com o trabalho da mulher se esse interferisse em seus deveres familiares” (PITANGUY, 2019, p.

83). Com o Estatuto da Mulher Casada (Lei 6.121/62), a plena capacidade foi devolvida, em que pese não tenha servido em praticamente nada para a mudança de mentalidade e estruturas.

A maior parte mudanças realizadas foi fruto das reivindicações e propostas das mulheres através do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e levada ao Encontro Nacional Mulher e Constituinte que ocorreu em 1986, em Brasília.

Outros avanços legislativos relevantes que demandam uma análise mais detida seguem abaixo.

1.2.1. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW)

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) foi elaborada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 18 de dezembro de 1979 e entrou em vigor em 3 de setembro de 1981. O Brasil ratificou-a, com reservas, em 1 de fevereiro de 1984 e, sem reservas, dez anos depois, em 1994 (BRASIL, 2002). O Decreto que promulgou a Convenção na ordem interna é o Decreto nº 4.377/02, de 13 de setembro de 2002.

A Convenção foi um marco nos direitos das mulheres, tanto pelo número de países que a ratificaram – 180 países, todos membros das Nações Unidas -, como pelas reflexões vanguardas que seu texto solidificou. Destacam-se, entre os principais temas, i) direitos reprodutivos das mulheres; ii) cultura e a tradição como forças influentes nas relações de gênero; iii) necessidade do engajamento do poder público para erradicar a desigualdade.

Além disso, deve ser salientado, por pertinência ao presente trabalho, que a CEDAW se preocupou em manifestar a importância da educação no caminho para a igualdade de gênero. Foi expresso, em linhas gerais, no artigo 10, que o acesso à educação deve ser igual a meninos e meninas e que outras mudanças nas práticas educativas também são fundamentais, tais como a eliminação de conteúdos estereotipados:

Os Estados-Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres:

a) As mesmas condições de orientação em matéria de carreiras e capacitação profissional, acesso aos estudos e obtenção de diplomas nas instituições de ensino de

- todas as categorias, tanto em zonas rurais como urbanas; essa igualdade deverá ser assegurada na educação pré-escolar, geral, técnica e profissional, incluída a educação técnica superior, assim como todos os tipos de capacitação profissional;
- b) Acesso aos mesmos currículos e mesmos exames, pessoal docente do mesmo nível profissional, instalações e material escolar da mesma qualidade;
- c) A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino;
- d) As mesmas oportunidades para obtenção de bolsas de estudos e outras subvenções para estudos;
- e) As mesmas oportunidades de acesso aos programas de educação supletiva, incluídos os programas de alfabetização funcional e de adultos, com vistas a reduzir, com a maior brevidade possível, a diferença de conhecimentos existentes entre o homem e a mulher;
- f) A redução da taxa de abandono feminino dos estudos e a organização de programas para aquelas jovens e mulheres que tenham deixado os estudos prematuramente;
- g) As mesmas oportunidades para participar ativamente nos esportes e na educação física;
- h) Acesso a material informativo específico que contribua para assegurar a saúde e o bem-estar da família, incluída a informação e o assessoramento sobre planejamento da família (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1979).

Sobre a questão do acesso à educação, importa ressaltar também que, conforme Silva (2005, p. 92), essa foi uma das primeiras preocupações na análise da dinâmica de gênero em educação, já que o acesso das mulheres, principalmente das mulheres negras e das mulheres de zona rural, estava muito aquém que a educação dos homens brancos.

Embora o Brasil tenha ratificado uma Convenção progressista como esta, a sua realidade legislativa em 1984 em relação aos direitos das mulheres ainda era escassa e despreocupada com o tema. Todavia, a passos vagarosos, progressos foram sendo observados. Nesse sentido, uma grande concretização desses avanços ocorreu dez anos após na forma da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará.

1.2.2. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará

Aprovada no dia 9 de junho de 1994, na cidade de Belém, estado do Pará, Brasil, pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (“OEA”), a Convenção de Belém do Pará é considerada uma das mais importantes para o tema. Incluída no ordenamento brasileiro pelo Decreto 1.973/96, de 1º de agosto de 1996, ela serviu não só como norte à Lei Maria da Penha, mas também impulsionou diversos países-membros da OEA a elaborarem leis sobre violência doméstica e familiar (BARSTED, 2011, p. 29).

Sua definição da violência contra mulher – que serviu de base para a definição contida na Lei Maria da Penha - bem como as formas de violência e o âmbito de ocorrência, presentes logo nos primeiros artigos da Convenção, são frequentemente lembrados em artigos e livros pelos pesquisadores do tema. O artigo 1, que traz a referida definição, expõe que violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994).

O primeiro ponto interessante acerca da definição a ser destacado é que ela atrela a conduta praticada à razão de gênero. Ou seja, não é qualquer violência que ocorra com as mulheres, mas sim aquela pautada em seu gênero.

Suely Souza de Almeida (2007, p. 27), discorrendo acerca da dificuldade de se denominar a “violência mal-dita”, destaca a abrangência do termo “violência de gênero”, que, apesar de correr riscos por ser tão abrangente, se apresenta como a mais adequada. Nesse sentido, é importante destacar que a violência doméstica é aquela ocorrida no espaço privado, por isso é limitada a esse espaço. A violência de gênero, mais abrangente, é sustentada em um cenário de desigualdade de gênero, que é uma das desigualdades estruturais, baseada em “concepções dominantes de feminilidade e masculinidade” (ALMEIDA, 2007, p. 27) e permeia diversas esferas e espaços da sociedade.

Quanto às questões educacionais, a Convenção relembra que a violência contra a mulher pode ocorrer em instituições educacionais e traz, no artigo 8, previsões específicas quanto à importância de i) “formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros” (artigo 8, b); ii) “promover e apoiar programas de educação governamentais e privados, destinados a conscientizar o público para os problemas da violência contra a mulher, recursos jurídicos e reparação relacionados com essa violência” (artigo 8, e), além da constante promoção de conhecimento sobre os direitos humanos das mulheres.

Por fim, entre os deveres dos Estados, é necessária a reflexão contida no artigo 9º, que ressalta as diversas vulnerabilidades que podem estar presentes nas mulheres em situação de

violência. O referido artigo relembra que é importante considerar a opressão em sua totalidade para que se tomem medidas mais eficazes:

Artigo 9

Para a adoção das medidas a que se refere este capítulo, os Estados Partes levarão especialmente em conta a situação da mulher vulnerável a violência por sua raça, origem étnica ou condição de migrante, de refugiada ou de deslocada, entre outros motivos. Também será considerada sujeitada a violência a gestante, deficiente, menor, idosa ou em situação socioeconômica desfavorável, afetada por situações de conflito armado ou de privação da liberdade (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1994).

É possível constatar que esse artigo 9 dialoga com o que Carneiro (2003) escreveu sobre as múltiplas formas de violência e sua incidência diferenciada sobre mulheres negras. Sueli Carneiro (2003, p. 122), em “Mulheres em Movimento”, informa que há um tipo de violência específica, invisível, que recai sobre mulheres negras. É uma violência altamente perniciosa que “constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, inibe (...) o pleno exercício da sexualidade pelo peso dos estigmas seculares, cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a autoestima.” (CARNEIRO, p. 122). O tema também é explorado por Beatriz Nascimento (1990), Regina Nogueira (2000), e outras.

A Convenção Belém do Pará, conforme informado, representa um marco no histórico da criação da Lei Maria da Penha. É importante destacar que a ação de grupos de mulheres no Brasil na luta pelo reconhecimento formal de direitos significava, pelo menos, o básico a ser alcançado. Diz-se o básico porque se sabe que formalizar o direito de viver sem violência não significa, efetivamente, ter assegurado esse direito na prática.

Os diálogos com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo foram bem-sucedidos e conduzidos com base na organização cidadã, ativa e consciente dos movimentos feministas, e, novamente, assim como na época da Constituinte, numa prática que pode ser sintetizada como “*advocacy* feminista”. Barsted (2011, p. 15) informa que a forte organização desses grupos foi capaz de produzir uma mobilização que se visibilizou no espaço público para alcançar o Poder Público.

Foi esse, então, o contexto que precedeu a entrada em vigor de uma lei considerada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) umas das mais avançadas do mundo sobre o tema de violência doméstica (AGÊNCIA BRASIL, 2010).

1.2.3. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06)

A Lei Maria da Penha é o grande marco no legislativo brasileiro quanto ao tema de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher. O contexto de elaboração da lei, introduzido no tópico acima, demandou esforços e participações principalmente de grupos feministas da época, que contribuíram para seu viés interdisciplinar. Conforme observa Barsted (2011, p. 17), a lei foi fruto de um debate amplo em várias esferas:

A elaboração da Lei Maria da Penha envolveu um amplo estudo e levantamento da legislação e dos instrumentos internacionais de direitos humanos, o conhecimento do ordenamento jurídico nacional, a busca de articulações no campo jurídico e político, a interlocução com os poderes legislativo e executivo. Buscou-se, como norte dessa legislação, a Convenção de Belém do Pará e importantes documentos internacionais que consideram a violência contra as mulheres uma violação dos direitos humanos e expressam a responsabilidade do Estado para prevenir, punir e eliminar a violência de gênero.

Além de embasamento teórico, com pesquisas e informações qualitativas e quantitativas, e todo o conhecimento produzido e disseminado, os grupos de mulheres e de direitos humanos também estavam atentos a questões fáticas, contemporâneas e reais. O caso da Maria da Penha Fernandes, farmacêutica cearense que sofreu sucessivas tentativas de homicídio de seu ex-marido, foi levado à Comissão de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) em virtude da omissão do Estado brasileiro.

As tentativas para fazer com que uma lei que versasse sobre violência doméstica e familiar fosse sancionada não foram poucas. Foi imposta muita resistência por alguns segmentos políticos contrários à edição de uma lei que tratasse exclusivamente do tema, dando-o pontual visibilidade, ainda mais trazendo medidas como o afastamento do lar.

Por volta dos anos 2000, seis projetos de lei sobre o tema tramitavam no Congresso Nacional, conforme nos relembram Calazans e Cortes (2011, p. 40). Grande parte dos projetos de lei que tramitavam tratavam de matéria penal e pretendiam alterar a legislação penal. Para ressaltar um projeto de caráter concomitantemente cível e penal, tem-se o Projeto de Lei (“PL”) 2.372/2000, apresentado pela deputada Jandira Feghali em 27 de janeiro de 2000 e vetado

totalmente pelo Presidente da República. Esse PL dispunha sobre o afastamento cautelar do agressor da habitação familiar e pretendia acrescentar dispositivos ao Código de Processo Civil tratando dessas medidas cautelares.

De acordo com autoras Calazans e Cortes (2011, p. 41), o problema dos projetos que existiam é que eles “estavam muito aquém das reivindicações feministas e, em sendo aprovados, iriam alterar pontualmente algumas leis já existentes, mas não iriam minorar o problema da violência doméstica contra as mulheres”. A lei almejada tinha o seguinte perfil:

Seria uma legislação de impacto que não se restringisse apenas à questão penal. Deveria também alcançar todos os órgãos governamentais responsáveis pela segurança, educação, saúde, entre outros. Era este o pensamento do movimento de mulheres e feministas, sempre que o assunto era violência contra as mulheres, principalmente a violência doméstica. Portanto, eram essas as diretrizes para uma proposta de lei nas discussões coletivas do movimento (CALAZANS e CORTES, 2011, p. 42).

A formulação das propostas iniciais da Lei contou com a expressiva participação de ONGs feministas, grupos da sociedade civil e a formação de um Grupo de Trabalho Interministerial (“GTP”). Houve um amplo debate e considerações de diferentes perspectivas, principalmente em uma questão mais sensível e polêmica que foi a necessidade de excluir a competência da Lei 9.099/1995 no julgamento dos crimes de violência doméstica contra a mulher.

Foi em um clima de vitória e euforia entre os grupos feministas que, após muito desgaste e repercussões, em 7 de agosto de 2006 o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei 11.340/06. Segundo Calazans e Cortes (2011, p. 56), o momento da sanção presidencial acabou se tornando um evento que reuniu diversas representantes de diferentes setores: autoridades, movimentos das mulheres, e, ainda, a Maria da Penha Fernandes, cujo nome acabou batizando a lei.

A Lei Maria da Penha, sem dúvidas, inovou consideravelmente o cenário legislativo brasileiro. Entre os pontos mais importantes da Lei, pode-se destacar i) criação dos Juizados Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e penal; ii) proibição de aplicação da Lei 9.099/95 aos crimes de violência contra a mulher; iii) medidas integradas de prevenção e assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar; iv) regras

de tratamentos a serem dispensados às mulheres pelas autoridades policiais; v) rol de medidas protetivas de urgência à ofendida e que obrigam o agressor, entre outros.

Um ponto essencial para ser destacado são as medidas integradas de proteção trazidas pela Lei Maria da Penha no artigo 8º. A exposição de motivos da lei (EM nº 16), entregue por Nilcea Freire, na época Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, ao Presidente Lula, enfatiza que o artigo 8º tinha o objetivo de nortear as políticas públicas e ações integradas para a prevenção e erradicação da violência doméstica, pois se entende que somente com ações integradas poderá ser atingido o objetivo. Os incisos de maior relevância para serem aqui abordados são os incisos I, V, VIII e IX:

Art. 8º A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de ações não-governamentais, tendo por diretrizes:

I - a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação;

(...)

V - a promoção e a realização de campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral, e a difusão desta Lei e dos instrumentos de proteção aos direitos humanos das mulheres;

(...)

VIII - a promoção de programas educacionais que disseminem valores éticos de irrestrito respeito à dignidade da pessoa humana com a perspectiva de gênero e de raça ou etnia;

(...)

IX - o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006).

Esses incisos, de forma inclusive repetitiva, fazem questão de destacar o importante papel que a educação e a escola têm no combate à violência de gênero, na disseminação dos direitos das mulheres, e dos direitos humanos. Com relação ao inciso IX, sua importância é evidente, sendo este “um dos dispositivos mais importantes da Lei” (MELLO E PAIVA, 2019, p. 355). A educação, principalmente a educação escolar, sozinha, não é a única responsável por transformações; ela tem diversas limitações e produz resultados a longo prazo, e não reconhecer isso pode, inclusive, gerar uma sobrecarga injusta com os professores; mas, por outro lado, impossível deixar de listar a educação como uma das chaves para transformações.

Relacionado ao inciso IX deste artigo, importa observar que no estado do Rio de Janeiro (e também em outros estados e municípios) existe a Lei 7.477/16, que instituiu o programa “Lei

Maria da Penha vai à Escola”. Esse programa é obrigatório no Ensino Médio da rede pública estadual de ensino e torna obrigatório o estudo de noções básicas sobre a lei no âmbito de todo o currículo escolar, mas com destaque nas disciplinas de Língua Portuguesa, História, Filosofia e Sociologia, conforme informam os artigos 1º e 5º.

A sua execução fica a cargo de parceria entre a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos e pela Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Ademais, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM) é o responsável por fazer “a interlocução com o movimento de mulheres e movimentos feministas, e ampliando o controle social sobre as políticas públicas para as mulheres” (RIO DE JANEIRO, 2016).

Além de existir a lei estadual, há no Rio de Janeiro uma lei municipal, a lei nº 6.427, de 18 de dezembro de 2018, a qual “institui o programa Maria da Penha vai à escola visando sensibilizar a comunidade escolar sobre a violência doméstica e familiar” (RIO DE JANEIRO, 2018). Concisa, com apenas 5 artigos, a lei informa, no artigo 1º, que o programa “consiste em ações educativas voltadas ao público escolar, contemplando as professoras das unidades da rede pública de ensino” (RIO DE JANEIRO, 2018). Chama atenção a redação dúbia desse artigo, que indica a intenção de contemplar apenas “as professoras”. O artigo 2º informa que o Poder Executivo atuará de forma articulada com outros órgãos, governamentais ou não e, por fim, cabe destacar que o artigo 4º impõe que na última semana do mês de novembro de cada ano devem ser intensificadas as atividades educativas como palestras, debates, seminários, vídeos e etc. (RIO DE JANEIRO, 2018).

Em consonância com a preocupação demonstrada na edição dessas últimas leis mencionadas, há registros de convênio entre o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) e a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), ocorrido em março de 2017, “para colaborar com a inclusão de noções básicas sobre Lei Maria da Penha e sobre violência contra a mulher no currículo escolar da rede estadual, por meio de videoaulas para alunos e professores, além de encontros e palestras” (MPRJ, 2017). O convênio é justamente para auxiliar na implementação do Programa Maria da Penha vai à Escola instituído pela lei estadual nº 7.477/16.

1.2.4. Lei do Feminicídio

Todo o empenho na criação da Lei Maria da Penha fez surgir expectativas nos resultados que ela poderia trazer e anseios quanto às mudanças que seriam proporcionadas. Após alguns anos de vigência da lei, a literatura dedicada à violência doméstica e familiar contra a mulher já se debruçou sobre a efetividade, os avanços, os desafios e outros aspectos práticos da aplicação dessa lei. Pasinato identificou que “dia após dia se fortalece o entendimento de que o sucesso da Lei está ameaçado pelas muitas falhas que se identificam em sua aplicação” (2015, p. 535).

Algumas falhas na aplicação também já foram identificadas em um contexto mais geral em diversos estados do Brasil. Neste âmbito, a literatura aponta os riscos que são criados com a demora do procedimento na delegacia e o descumprimento do prazo de 48 horas de envio ao Judiciário para apreciação de eventual medida protetiva (PASINATO, 2015, p. 417). Além disso, é colocada em voga a precariedade nas estruturas atuais das Delegacias de Atendimento à Mulher e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher para enfrentar os desafios impostos pela Lei (PASINATO, 2011, p. 140).

Esse quadro ainda desfavorável impediu que as lutas por mudanças, ao menos no âmbito legislativo, fossem cessadas. Abre-se espaço, então, para se falar do feminicídio. A base teórica do feminicídio foi arquitetada por pesquisadoras estrangeiras, sobretudo da América Latina, há muitos anos antes de sancionada a lei no Brasil. Uma delas foi a mexicana Marcela Lagarde, em 2004, a qual apresentou importantes contribuições:

El feminicidio es el genocidio contra mujeres y sucede cuando las condiciones históricas generan prácticas sociales que permiten atentados contra la integridad, la salud, las libertades y la vida de las mujeres. En el feminicidio concurren en tiempo y espacio, daños contra mujeres realizados por conocidos y desconocidos, por violentos, violadores y asesinos individuales y grupales, ocasionales o profesionales, que conducen a la muerte cruel de algunas de las víctimas. No todos los crímenes son concertados o realizados por asesinos seriales: los hay seriales e individuales, algunos son cometidos por conocidos: parejas, parientes, novios, esposos, acompañantes, familiares, visitas, colegas y compañeros de trabajo; también son perpetrados por desconocidos y anónimos, y por grupos mafiosos de delincuentes ligados a modos de vida violentos y criminales. Sin embargo, todos tienen en común que las mujeres son usables, prescindibles, maltratables y desechables. Y, desde luego, todos coinciden en su infinita crueldad y son, de hecho, crímenes de odio contra las mujeres (LAGARDE, 2004).

Observa-se que o feminicídio é um crime de ódio ao gênero feminino, e essa prática comporta as mais diversas situações. O feminicídio não está apenas relacionado com o espaço privado, como a violência doméstica está. Essa questão foi observada pela Lei 13.104 de 2015,

a qual incluiu ao crime de homicídio do artigo 121 do Código Penal uma qualificadora para os casos em que o homicídio tenha sido cometido, conforme informa o artigo 121, §2º, inciso VI do Código Penal, “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”. Essas razões envolvem, conforme artigo 121, §2º-A, incisos I e II, “violência doméstica e familiar” ou “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”.

Essa é uma das leis que gerou grandes controvérsias dentro do próprio movimento das mulheres. As principais críticas podem ser condensadas em uma grande crítica ao punitivismo e às armadilhas do Direito Penal quando colocado como uma grande e/ou única via de solução de conflitos.

1.3. Políticas Públicas e Poder Executivo

Uma das primeiras experiências institucionais mais pluralizadas e centralizadas, visando a ampliação do debate de políticas públicas em prol dos direitos das mulheres no Poder Executivo federal, ocorreu com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O CNDM foi criado em 1985, através da Lei 7.353/85, e era um “órgão federal com autonomia administrativa e orçamento próprio, respondendo diretamente ao Presidente da República, a quem cabia a nomeação de sua presidente” (PITANGUY, 2019, p. 85). O objetivo de sua criação foi justamente pensar em políticas públicas que visassem a eliminação da desigualdade e discriminação contra a mulher, bem como assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país.

Além de auxiliar as mulheres na reivindicação pelas alterações em leis existentes e criações de novas leis, bem como organizar as demandas que deveriam ser visibilizadas à Assembleia Constituinte, conforme tratado no tópico anterior, o CNDM também lançou uma Campanha Nacional Contra a Violência Sobre a Mulher, com mesas-redondas para debater o assunto e reuniões, conferências e passeatas nos estados. Outras ações inovadoras foram a elaboração de pesquisas, cartazes, folders e a publicação de documentos, livretos e artigos (BARSTED, 1994, p. 26) sobre a violência de gênero, popularizando o tema em diversos espaços e estados. Esse era um tema central, principalmente na época que precedeu a promulgação da Constituição.

No mesmo ano que foi criado o CNDM, surgiu, em São Paulo, a primeira Delegacia de Defesa da Mulher do país e, logo depois, em 1986, no Rio de Janeiro. Barsted (1994, p. 36) informa que as primeiras e principais dificuldades enfrentadas por essa política, principalmente nas delegacias do Rio de Janeiro e em algumas de São Paulo, eram a falta de estrutura física e pessoal feminino (tanto policiais quanto delegadas) e qualificado para essa atuação específica (não havia uma formação voltada às questões de direitos das mulheres e direitos humanos). Além disso, existia dificuldade em cruzar os caminhos disciplinares do atendimento (psicológico, médico, jurídico e de assistência social) e não havia uniformização no atendimento, o que acabava deixando um vácuo para que cada delegada agisse como bem entendesse – dependeria da visão e sensibilidade de cada uma sobre a questão.

As Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) expandiram-se bastante desde então, principalmente após a Lei Maria da Penha em 2006, tendo em vista que a lei, em seus artigos 8º, inciso IV, 12-A e 35, III, reforçou a necessidade de implementação das Deams, colocando como uma das prioridades dos estados e do Distrito Federal, no âmbito da Polícia Civil, a criação destas delegacias.

Ainda na década de 80, mais especificamente em 1984, embora tenha ocorrido a nível estadual, uma experiência notória de orientação jurídica à mulher ocorreu com o Centro de Orientação Jurídica e Encaminhamento (COJE) em São Paulo. O que impulsionou a sua criação foi o Conselho Estadual da Condição Feminina, junto com a Secretaria de Justiça e a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.

O COJE foi pioneiro na ideia de orientação jurídica, atendimento psicológico, social e conscientização de direitos às mulheres vítimas de violência. Infelizmente, ele acabou perdendo o diálogo com o movimento de mulheres, bem como perdeu a força de sua articulação, após a sua institucionalização na estrutura da Procuradoria Geral do Estado (BARSTED, 1994, p. 47).

Essa ideia de atendimento integral e multidisciplinar também foi reforçada pela Lei Maria da Penha, a qual dispõe que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem, no limite das respectivas competências, criar e promover “centros de atendimento integral e multidisciplinar para mulheres e respectivos dependentes em situação de violência doméstica e familiar” (artigo 35, I). Hoje há diversos Centros de Referência de Atendimento à Mulher e essa se demonstra uma política pública essencial para, além de promover o acolhimento,

acompanhamento e orientação da mulher, construir cidadania através da conscientização de direitos e reflexões coletivas.

Na primeira década de 2000, com o progresso das leis, fruto do sucesso de movimentos feministas, intensificou-se também a pressão para que políticas públicas mais amplas, para além do foco na questão da violência, fossem adotadas. Em 2002, ocorreu, em Brasília, a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. A Conferência também recebeu destaque por abrir espaço para maior pluralidade e coletividade, pois havia: “mulheres negras, indígenas, brancas, lésbicas, nortistas, nordestinas, urbanas, rurais, sindicalizadas, quilombolas, jovens, de terceira idade, portadoras de necessidades especiais, de diferentes vinculações religiosas e partidárias” (CARNEIRO, 2003). Todas estavam presentes para se fazerem ouvir. Sueli Carneiro (2003) aponta ainda que foram estabelecidas as seguintes diretrizes e prioridades na condução de análises e propostas:

- reconhecer a autonomia e a autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres;
- comprometer-se com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético;
- reconhecer os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres;
- comprometer-se com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social;
- reconhecer o direito universal à educação, saúde e previdência;
- comprometer-se com a luta pelo direito à terra e à moradia;
- comprometer-se com a luta anti-racista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica;
- comprometer-se com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate à violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas;
- comprometer-se com a luta contra a discriminação a lésbicas e gays;
- comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos;
- reconhecer o direito das mulheres de ter ou não ter filhos com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção;
- reconhecer o direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros;
- reconhecer a descriminalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública e reconhecer que cada pessoa tem direito as diversas modalidades de família e apoiar as iniciativas de parceria civil registrada [...] (CARNEIRO, 2003).

No ano seguinte, em 2003, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) ganhou status ministerial no Governo Federal e, em plano nacional, foi aliada dos movimentos das mulheres que lutavam para ampliação das políticas públicas (BARSTED, 2011). Já no plano estadual, embora a Secretaria de Políticas para as Mulheres estivesse presente em quase todos os estados brasileiros, não havia muita força para executar políticas. A força que elas encontraram foi através da união com os movimentos de mulheres.

Nessa forma de articulações recíprocas dos mecanismos locais com as organizações de mulheres, elas conseguiram realizar, em Brasília, em julho de 2004, a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres gestou o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Diversos órgãos e entidades se envolveram na elaboração do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, criado em dezembro de 2004 pela Secretaria Especial de Política para as Mulheres sob o comando da Ministra Nilcéa Freire. O Plano é dividido em três partes, e a segunda parte, que é a mais importante, estabelece como diretrizes gerais e princípios da Política Nacional para as Mulheres: i) autonomia, igualdade do mundo do trabalho e cidadania; ii) educação inclusiva e não sexista; iii) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; iv) enfrentamento à violência contra as mulheres (BRASIL, 2004).

Seguindo a premissa deste trabalho de se dar maior destaque à pauta da educação, é possível observar que o Plano, nesse âmbito, atentou-se aos objetivos de i) combate aos estereótipos de gênero, visando um sistema educacional sem discriminações; ii) promoção do acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas, incorporação ao processo educacional de perspectivas de gênero, raça, etnia e orientação sexual, valoriza e etc., iii) valorização das iniciativas culturais de mulheres, bem como a sua história de conquistas de direitos e cidadania (BRASIL, 2004, p. 56-57). Como metas concretas e tangíveis, preocupou-se em reduzir as taxas de analfabetismo entre mulheres acima de 45 anos e aumentar a frequência em creches ou pré-escola públicas de crianças entre zero e 06 anos (BRASIL, 2004, p. 56).

Os planos de ação no âmbito das ações no processo educacional para a equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual englobam, entre outras ações, i) a seleção de livros didáticos e paradidáticos que não só não discriminem, como abordem expressamente tais temáticas; ii) a promoção de cursos de formação inicial e continuada relacionados a gênero, raça, etnia e orientação sexual para alunas(os), professoras(es) e demais profissionais da educação; iii) apoio financeiro a estados e municípios que desenvolvessem atividades educacionais de promoção da equidade de gênero, raça, etnia e orientação sexual (BRASIL, 2004, p. 57).

Interessante salientar a materialização de um desses planos de ação, a saber o programa “Gênero e Diversidade na Escola”. A Secretaria Especial de Política para as Mulheres, em

parceria com o Ministério da Educação, com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação), com a British Council e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) lançou, em 2006, o curso “Gênero e Diversidade na Escola”. A intenção do programa foi qualificar os professores para uma atuação consciente de gênero, raça e orientações sexuais nas escolas. Conforme relatório de avaliação dos resultados do projeto, elaborado em 2017, o programa foi “ofertado por 38 universidades públicas estaduais e federais, atingindo mais de 40 mil profissionais da educação” (CARRARA, 2017, p. 15).

A relevância do Plano Nacional de Política para as Mulheres é ter elaborado um estudo técnico, inclusive com dados estatísticos, sobre diversas questões na vida das mulheres brasileiras – mulheres negras, brancas, rurais, urbanas, e etc. - daquele tempo e ter traçado, de forma organizada e a nível nacional, alguns objetivos, prioridades e planos de ação a serem executados para que pudéssemos avançar socialmente. Um ano depois, em 2005, foi lançado um Relatório de implementação, onde foram apresentados resultados prévios baseados no monitoramento das políticas públicas realizadas desde então.

Ao longo dos anos, outras articulações foram feitas e outros programas foram implementados, cuja vastidão não permitiria o esgotamento aqui. Embora clichê, é preciso falar que ainda há um longo caminho a ser percorrido. E o caminho não é um só. Como apresentado, são várias as demandas, que abrangem diversas esferas, todas almejando transformações sociais.

No caminho para atingir esse objetivo, não há como deixar de disputar diversos espaços que podem ser muito úteis para trabalhar com ampliação da consciência de cidadania e promover emancipação, autonomia e exercício de direitos em prol da luta por uma sociedade mais justa para todos. E o ensino jurídico deveria ser um deles.

2. ENSINO JURÍDICO: HÁ ESPAÇO PARA PERSPECTIVAS DE GÊNERO?

No capítulo anterior, ao tratar de forma mais generalizada sobre as lutas feministas e o alcance de alguns de seus objetivos, foi possível constatar que na segunda metade da década de 80 houve uma mobilização intensa dos movimentos sociais - e, dentre eles, aqui se destaca

especificamente o movimento das mulheres - para ampliação de debates em diversos espaços e setores da sociedade.

Os debates sobre os temas de interesse do movimento saíram de organizações menores para alcançar sindicatos, campo, imprensa, sertão, universidades, associações profissionais e etc. A mobilização se deu pela premente necessidade de trocar experiências, de ouvir as demandas existentes, e de chegar, coletivamente, a uma tomada de consciência para que tudo fosse canalizado na forma de propostas à Assembleia Constituinte.

Observa-se, desde já, que estar presente, de forma física ou através de ideias, em diversos espaços para promover debates sobre os direitos das mulheres foi fundamental, especialmente locais onde são desenvolvidos processos formativos e que englobam prática social, construção de cidadania, exercício da autonomia e pensamento crítico. Nesses espaços vivos, é pulsante a troca de experiências e conhecimento. Além de absorver demandas, é possível plantar algumas sementes através do engajamento em discussões.

Para bell hooks, intelectual norte-americana e feminista negra, a comunicação praticada pelo movimento feminista deve ser abrangente a diversas realidades, colaborativa e acessível sem perder a complexidade (2018, p. 45). Hooks acredita que é fundamental que crianças e jovens tenham uma educação antissexista, que seja explícita quanto à igualdade de gênero e racial e que todos, independentemente do nível educacional e de classe, devem conhecer e entender as ideias mais básicas do feminismo.

Sem esquecer-se da importância da disseminação das ideias acerca dos direitos humanos das mulheres a todas as classes sociais, o trabalho passará a focar na análise e na crítica de como – ou se - esse tema vem sendo explorado nas cadeiras das instituições jurídicas brasileiras, e se é possível uma transformação nesse âmbito.

Mesmo que a universidade seja um local privilegiado, é necessário reconhecer que ela possui limitações e contradições. A academia tem a sua importância, mas, certamente, não se pode depositar todo o peso da colaboração por transformações sociais nesse segmento. Além disso, como será visto, ela não está isenta de reproduzir diversas formas de discriminações, seja institucionalmente por meio de suas políticas internas, currículos, ou através dos próprios alunos, professores, e autores de obras, seja por meio de silenciamentos, ou outras violências.

O direito básico à educação está estampado no artigo 6º da Constituição e é tratado no Capítulo III, Seção I, mais especificamente dos artigos 205 ao 214. Segundo a Constituição, a educação será “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Vale dizer, conforme já foi demonstrado, que na Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes houve uma preocupação, no âmbito da educação, que esta fosse assentada na defesa dos direitos humanos, na convivência solidária, na igualdade dos sexos, na luta contra o racismo e todas as formas de discriminação e etc. (CNDM, 1987). A Constituição da República de 1988, por sua vez, consolidou esses objetivos para a educação brasileira.

A Lei nº 9.394/96, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (“LDB”), aprofunda a importância do ensino na formação do cidadão. Para o ensino superior em especial, destaque-se que essa formação tem por finalidade, de acordo com o artigo 43, entre outras, “estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo” (inciso I).

Esses são alguns princípios e diretrizes sobre os quais a educação deve ser assentada. Todos eles, de uma forma geral, estão conjugados com alguns objetivos precípuos da República Federativa do Brasil, quais sejam, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e a promoção do bem de todos, sem preconceitos. Mesmo que sejam mais abstratos e não tratem de temas específicos, podemos extrair desses princípios expostos na LDB uma preocupação em formar cidadãos críticos, e não apenas transmitir unilateralmente conteúdos tecnicistas, dissociados da realidade e dissociados inclusive entre si.

2.1. Panorama do ensino jurídico

Ao assumir uma ideia otimista – sem abandonar a crítica, todavia - de que o direito pode, com certo esforço e criatividade, ser utilizado como um instrumento para a promoção de transformações sociais emancipatórias, o questionamento mais óbvio após essa assertiva é: “como? ”. Para analisar se e como o direito pode atuar em reforço à mudança de práticas forenses e ao debate dos direitos das mulheres (e de indivíduos oprimidos em geral), bem como

entender por qual motivo as possibilidades existentes nessa intersecção não são tão exploradas, é preciso, primeiramente, examinar o ensino jurídico no geral.

A educação jurídica nas universidades apresenta, desde muito tempo, alguns problemas de desconexão com demandas reais da sociedade. Clève examina que os cursos de direito no Brasil, no geral, não são capazes de prover adequadamente uma formação “sólida, crítica, histórica e política” (2012, p. 78). Nesse sentido, um dos problemas é a forma pela qual o conteúdo é ensinado: “este campo absorve todas as questões instrumentais que digam respeito ao ensino: estrutura dos cursos, grade curricular, carga horária por disciplina, práticas pedagógicas, titulação e modo de admissão dos professores” (CLÈVE, 2012, p. 79).

Outro grande problema é o conteúdo ensinado nas escolas de direito: “há que se discutir, dentre outras variáveis, se o conteúdo ministrado nos cursos de graduação corresponde ao reclamado pela sociedade contemporânea” (CLÈVE, 2012, p. 79). Na questão do conteúdo, é necessário revisita-lo através de uma análise crítica para verificar que ele não é tão imparcial e neutro quanto supõe ser. Aliás, é justamente a absorção acrítica da dogmática jurídica que mantém um espaço para o forte e resistente conservadorismo nesse meio. Essas questões ficam perceptíveis em situações como quando, de forma explícita, o Poder Judiciário e as próprias leis invocam expressões relacionadas à manutenção da ordem para justificar determinadas situações nas mais diversas áreas do direito.

Além disso, o conteúdo carece de uma abordagem mais aprofundada de outras ciências que não podem ser dispensadas, visto as contribuições essenciais que elas dão para a ciência do direito, como a sociologia, a antropologia, a pedagogia, o serviço social, a filosofia, a política, a história, a economia. Tais saberes, além de auxiliarem a melhor compreensão do direito, possibilitam a construção e fundamentação de novas práticas, “favorecendo a emergência de profissionais capacitados para o exercício criativo das profissões jurídicas” (CLÈVE, 2012, p. 80).

Essas são algumas das razões de nos depararmos, hoje, com essa desconexão do ensino e prática jurídicos com a comunidade e as tensões sociais. Em face desse cenário, não há como contentar-se com a mera crítica; deve-se buscar entender de que forma as ferramentas teóricas e práticas podem ser mobilizadas para o que se almeja.

Uma das ferramentas que aproximam a teoria da prática é a extensão universitária. As atividades de extensão corporificam a função e responsabilidade social da universidade, que possui um compromisso com a população. A universidade deve compartilhar o que produz e estimular a participação dos cidadãos que estão fora dela com a sua estrutura e corpo social.

Além disso, é muito importante buscar conhecer os saberes produzidos fora da academia, para que não se recaia na “monocultura do saber científico” (SANTOS, 2002). A ideia de que a universidade irá meramente “levar o conhecimento” a outros ambientes parte de um erro pois hierarquiza, marginaliza e desacredita de outros saberes socialmente construídos, causando sérios problemas no trabalho em conjunto com a comunidade.

De acordo com bell hooks, a academia é fundamental para o desenvolvimento de pesquisas, teorias e conhecimento, e é preciso estar sempre atento para combater o anti-intelectualismo. Mas, da mesma forma, é preciso atentar-se ao fato de que as teorias não podem ficar restritas a pequenos grupos intelectuais apartados da realidade. É por isso que ela reforça a ideia da práxis, que conjuga a teoria e a prática, mostrando que não há dicotomia entre elas (HOOKS, 2019, p. 169), já que as duas se complementam. Hooks busca em Freire o significado de práxis libertadora, qual seja, “ação e reflexão sobre o mundo no intuito de transformá-lo” (FREIRE *apud* HOOKS, 2019, p. 169).

A Constituição da República, no artigo 207, prevê que a extensão, a pesquisa e o ensino são indissociáveis e devem ser fomentados. A LDB, por sua vez, informa que uma das finalidades da educação superior é promover a extensão, “aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996).

A partir daí que se evidencia a diferença que pode fazer um curso de direito que se apoie não somente em um ensino crítico sobre uma dogmática que seja distante da realidade e das necessidades da sociedade, mas também no importante pilar da extensão. Como bem sintetizam Amorim, Barreto e Maia:

(...)uma atuação universitária socialmente responsável, aliada a projetos de extensão bem estruturados, permite ao aluno compreender a dimensão das lutas sociais, conhecimento indispensável à formação do bacharel em Direito, mesmo porque os juristas têm sido geralmente nomes destacados na definição de determinados temas relevantes para a sociedade, a exemplo das decisões do Supremo Tribunal Federal sobre a união homoafetiva e o aborto de feto anencéfalo (2017, p. 343).

Esses objetivos podem ser alcançados inclusive através de tarefas mais informais, como rodas de conversa, para que se não se passe uma ideia de mera transmissão de informações hierarquicamente superiores a outros seres que funcionariam como receptores, prática reconhecidamente combatida por Paulo Freire, que entendia ser esse um modelo de “educação bancária” (FREIRE, 2019, p. 80).

Neste sentido, é importante ressaltar que Freire entende que a educação bancária serve à classe opressora, pois, como se pode depreender, não há estímulo à consciência crítica por parte daqueles que deveriam ser sujeitos, mas são objetos, e todos mantêm-se resignados em suas posições:

Quanto mais se lhes imponha passividade, tanto mais ingenuamente, em lugar de transformar, tendem a adaptar-se ao mundo, à realidade parcializada nos depósitos recebidos.

Na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes, o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação (FREIRE, 2019, p. 83).

Com isso, passa-se a entender como é possível simplesmente fazer alterações formais em currículos, promover cursos de extensão, campanhas educacionais ou tornar obrigatório o ensino de determinados temas sem que isso sequer chegue perto de ser transformador. Se a informação é simplesmente transmitida a partir de uma visão pessoal, única (a do educador), de forma unilateral, sem considerar o contexto e as vivências dos presentes naquele espaço, essa informação será de pouca utilidade.

2.2.Direitos humanos e direitos humanos das mulheres como objetos de estudo no curso de direito

Uma das disciplinas presentes do curso de direito que, aparentemente, melhor cumpriria a função de auxiliar a integração das disciplinas jurídicas à realidade social é a disciplina de direitos humanos. Tal matéria tem especial relevância ao tomarmos em consideração, inclusive, uma leitura atenta aos princípios da Constituição da República de 1988, com toda a série de direitos fundamentais e primazia da dignidade da pessoa humana que ela sustenta. A própria doutrina constitucionalista enfatiza a força normativa da Constituição e o seu efeito irradiante a outras disciplinas, que merecem ser revistas à luz da Constituição, ensejando o fenômeno denominado de constitucionalização do direito.

Inevitavelmente, o estudo dos direitos humanos perpassa pelo estudo de diversos documentos internacionais, tais como Tratados, Convenções, Declarações, Cartas e etc. É visto que há determinados documentos que são de extrema importância para o ordenamento jurídico interno brasileiro (e de outros países). Nesse sentido, cabe aqui rememorar o que já foi exposto no primeiro capítulo e que está intrinsecamente relacionado aos avanços advindos da luta das mulheres: o estudo, no âmbito dos direitos humanos, de importantes documentos internacionais ligados às questões de gênero.

A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará); as Recomendações do Comitê CEDAW das Nações Unidas; os casos que foram objeto de intervenção da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da Corte Interamericana de Direitos Humanos: todos eles são, inescapavelmente, um ponto de contato entre os direitos humanos das mulheres e o ensino jurídico, demonstrando a necessidade do estudo de tais temas. Nesse cenário, importa saber a perspectiva a ser adotada no momento da exposição de tais conteúdos, pois, como será visto com detalhes mais à frente, tal questão é capaz de reverberar em diversos aspectos práticos, que impactam a vida de mulheres com interesses submetidos à apreciação de operadores do direito. De acordo com Maria Amélia de Almeida Teles:

Os direitos humanos são resultado de uma trajetória construída com muita luta e fortes disputas de interesse. O reconhecimento das mulheres como titulares de direitos humanos é uma conquista histórica, mas ainda não consolidada. Gênero representa avanço quando passa a ser um instrumento necessário para estudar as desigualdades sociais, para perceber e aprofundar as relações de poder, os significados e os símbolos de corpos e sexos, a formulação de noções, ideias e valores nas diversas áreas dos setores sociais. Visto assim, podemos entender que gênero interfere na formulação e na implementação da legislação, dos conceitos da normatização, de direitos, de justiça. Portanto, há de se ‘associar a questão de gênero com a discussão sobre direitos humanos’. Adotar a perspectiva de gênero na análise dos direitos humanos possibilita perceber e compreender a grande ausência de problematização de desigualdades sociais, valores e costumes vigentes. Permite ver e questionar o androcentrismo impregnado nos pensamentos filosóficos, científicos, jurídicos, religiosos e políticos. São caminhos necessários para que se façam as rupturas com as políticas conservadoras dos estereótipos e dos modelos sexistas, racistas e elitistas (2006, p. 47).

O estudo dos direitos humanos pode englobar a análise detida de Tratados e Convenções internacionais, documentos positivados os quais são muito importantes, mas não deve estar restrito a isso. As teorias críticas, pouco comentadas, possuem um caráter multidisciplinar que

carece ao curso de direito, e, ainda, são de fundamental importância para analisar, criticar, refletir e problematizar conceitos e visões hegemônicas e pouco contestadas de diversas áreas e teorias, demonstrando que existem perspectivas conflituosas disputando espaços no direito.

Além disso, as teorias críticas auxiliam a entender por que, na prática, há direitos humanos para alguns e não para outros. Acredita-se que um estudo sob esse viés, e que se preocupa em dialogar com movimentos sociais, é crucial para, inclusive, aprimorar a técnica e a argumentação jurídica, promovendo uma utilização destas, ante a casos concretos, de forma mais criativa, que dê conta de alcançar a dinamicidade da vida.

É a teoria crítica dos direitos que dá subsídio suficiente para compreendermos de que forma, por exemplo, as lutas das mulheres - narradas no primeiro capítulo – relacionam-se com o(s) direito(s). O autor espanhol Joaquín Herrera Flores, ao tratar da importância das lutas sociais para a constituição de direitos em seu livro “A Reinvenção dos direitos humanos”, expõe:

Os direitos humanos, mais que direitos “propriamente ditos”, são processos; ou seja, o resultado sempre provisório das lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida. Como vimos, os direitos humanos não devem confundir-se com os direitos positivados no âmbito nacional ou internacional. Uma constituição ou um tratado internacional não criam direitos humanos. Admitir que o direito cria direito significa cair na falácia do positivismo mais retrógrado que não sai de seu próprio círculo vicioso. Daí que, para nós, o problema não é de como um direito se transforma em direito humano, mas sim como um “direito humano” consegue se transformar em direito, ou seja, como consegue obter a garantia jurídica para sua melhor implantação e efetividade (2009, p. 28).

À luz de tais considerações, é possível verificar que a perspectiva que se adota na construção e transmissão de um conhecimento possui marcante diferença no impacto que aquele conhecimento é capaz de causar.

2.3. A doutrina jurídico-penal, a (não) presença das perspectivas de gênero e a investigação acerca do aborto

Para além de todas essas críticas mais generalizadas ao ensino jurídico, é necessário, agora, mobilizar a lente para a análise referente à presença (ou ausência) de perspectivas de gênero no ensino jurídico penal. É evidente a ascensão do número de mulheres ocupando as cadeiras universitárias – docentes e discentes -, principalmente na área jurídica. Segundo pesquisa do Censo do Ensino Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgado em 2018, o curso de Direito ocupa a segunda posição no *ranking* dos cursos mais matriculados pelo gênero feminino, ficando atrás apenas de Pedagogia (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, p. 51). Sem muitas surpresas, as mulheres também vêm ocupando cargos de destaque nas carreiras jurídicas, sendo a magistratura um exemplo.

Esse cenário, a princípio, traz certo grau de otimismo. Afinal, a inserção de todas as mulheres na educação, da educação infantil, passando pelo ensino básico, ao ensino superior, segue sendo uma luta para movimentos de mulheres. Todavia, a inserção formal nesses ambientes definitivamente não se traduz automaticamente em transformações de paradigmas de mentalidade consolidados no meio. A doutrina jurídica, eminentemente a doutrina penal, que será o foco a ser tratado aqui, se mantém emitindo interpretações que refletem mentalidades que ignoram ou pouco se atentam às questões de gênero.

O foco no direito penal se dá em razão de ser uma área que, teoricamente, tutela os bens jurídicos mais importantes e traz as consequências mais graves para aqueles que atentam contra esses bens. Como visto no capítulo anterior, dentro do direito penal há diversas leis que atravessam as temáticas dos direitos das mulheres. Apenas para retomar breves exemplos, temos no Código Penal os crimes contra a dignidade sexual, o aborto e o homicídio com a qualificadora do feminicídio, já na Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) há crimes específicos para o contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher. Vê-se, assim, como é estreita essa relação entre o direito penal e os direitos das mulheres.

A doutrina jurídico-penal, por seu turno, possui uma composição homogênea. Não se desconhece a importância da doutrina para a formação jurídica dos universitários. Nas limitações de carga horária e (im)possibilidades de dinamização e verticalização dos assuntos das disciplinas acadêmicas em sala de aula, reconhece-se que os doutrinadores cumprem papel proeminente na inevitável lacuna deixada pelo estudo de apenas um semestre de matérias que são muito extensas. Além disso, é a doutrina que traz interpretações legais e, conseqüentemente, alternativas para a resolução de conflitos concretos, decididos no âmbito do ambiente forense. Vê-se, então, a relevância da doutrina para o meio jurídico. Nesse sentido:

(...) os autores penalistas, por seu reconhecimento intelectual, cumprem um importante papel político na medida em que suas análises do Direito reverberam nas cátedras e nos tribunais brasileiros, produzindo também mudanças no cotidiano da

sociedade. Outrossim, apesar de sua pretensão de neutralidade e imparcialidade, o Direito não é somente o resultado pasteurizado e racionalizado dos interesses previamente discutidos em sede legislativa. Ao contrário, o Direito é também constitutivo da realidade social em que opera e não apaga, tampouco apazigua, as lutas e disputas que estruturam essa realidade (AUGUSTO et al., 2019, p. 221/222).

Partindo-se do pressuposto de que o direito se supõe imparcial, não seria a doutrina penal a reivindicar perspectiva oposta. No direito penal, não são raros os exemplos que trazem a figura do “homem médio”, na assunção de uma verdadeira postura universalista. O ponto de vista dos que estabelecem as teorias é supostamente construído de forma neutra, “pura”, tomando em consideração um padrão de pensamento e de comportamento que é o comum, o normal, o oposto do “outro”. Esse fenômeno não é exclusivo do direito penal - e nem mesmo do direito em si – e não passou despercebido a teóricas que estudam questões de gênero.

Alda Facio, jurista feminista e um dos membros fundadores do Comitê de Mulheres para a Justiça de Gênero do Tribunal Penal Internacional, em seu texto “*Metodología para el análisis de género del fenómeno legal*”, o qual, segundo ela define, é uma síntese de seu livro “*Cuando el género suena, cambios trae. Una metodología para el análisis de género del fenómeno*”, traz reflexões interessantes acerca da questão da dicotomia entre o ponto de vista padrão versus o outro. Segundo a autora, historicamente, as mais diversas análises sociais produzidas foram cegas a gênero e a outros componentes de nossas estruturas, tais como classe, raça, etnia e etc. (1999, p. 184).

Tradicionalmente, a posição que se tem é a do homem ocidental, branco, cristão, heterossexual, sem deficiências visíveis. Válido dizer, desde já, para que não criemos distorções, que não se pretende descartar todas as análises daqueles que produziram sob esse viés, e que esse é um padrão de pensamento que pode ser reproduzido não só por aqueles que detêm essas características, mas também por indivíduos fora desse grupo, como, por exemplo, as próprias mulheres. Da mesma forma, por ser uma perspectiva de pensamento, e não necessariamente ligada às características pessoais, pode ser que um indivíduo que concentre todo os componentes do padrão de dominação não reproduza a linha de pensamento tradicional. Portanto, seria raso dizer que um indivíduo com características do grupo “x” irá automaticamente pensar de determinada forma e suas contribuições teóricas devem ser prematuramente invalidadas apenas por tais características. Definitivamente, as coisas não são tão simples assim.

Essa perspectiva tradicional, entende Facio, é pautada como neutra, objetiva e universalmente válida para a humanidade toda, pois não adota, supostamente, nenhuma perspectiva (1999, p. 186). As consequências de se ter apenas uma realidade são, como não poderiam deixar de ser, a exclusão, a invisibilização, a neutralização de outros grupos, que constituem “o outro”, “o específico”, já que não fazem parte da realidade dos dominantes (FACIO, 1999, p. 186). Essa dicotomia é questionada pela análise feminista:

Aún más, el análisis feminista, al cuestionar lo masculino como parámetro de lo humano simultáneamente cuestiona la dicotomía entre el ser «parámetro» y el ser «el otro» y por eso no deja de lado el que las mujeres pertenecemos a clases, razas, etnias, preferencias sexuales, etc. distintas porque, así como no hay un hombre parámetro, tampoco hay una mujer «parámetro» y una mujer <<la otra». Por eso se afirma que cuando se hace un análisis de género se tiene claro que las variables raza, clase, edad, etc. lo atraviesan y modifican. Hacer un análisis de género no es hacer un análisis tomando en cuenta la categoría social «sexo» y agregándole luego un análisis de clase, raza, etc. Implica mucho más. Implica romper con las dicotomías de nuestra manera de pensar el mundo en blanco o negro, racional o afectivo, bueno o malo, yo y <<lo otro», etc. Implica un análisis más rico y siempre posible de ser enriquecido con otras perspectivas. (FACIO, 1999, p. 188).

Conforme se verifica, a análise feminista não se limita a estudar apenas as questões por um viés exclusivamente de gênero, mas também através de outras variáveis que inevitavelmente devem aparecer, como raça, classe, idade e etc. Afinal, assim como não há apenas um homem-padrão universal, não deve existir um padrão de mulher, visto que as mulheres compreendem grupos diversos. Dessa forma, a análise não é isolada, visto que as opressões não são categorias estanques, descontextualizadas e passíveis de hierarquização.

Nesse sentido, não é apenas um padrão de mulher que está capacitada a fazer uma análise de gênero, e nem apenas as mulheres. Segundo Facio, homens também devem se comprometer a realizar tal análise, principalmente a partir do rompimento de suas narrativas tradicionais, dominantes, que dizem falar pelo todo:

Los hombres también deberían hacer análisis de género desde su perspectiva, explicitando que la tienen y que ésta es la perspectiva de uno de los dos sexos del género humano, en vez de hablar en nombre de la humanidad toda y como si su perspectiva fuese una NO perspectiva (FACIO, 1999, p. 189).

Contudo, apesar dessa possibilidade e necessidade de comprometimento, a autora entende que ela não é empreendida na prática. O exemplo “dramático e muito concreto” dado pela jurista para demonstrar como a ausência de uma análise mais atenta a outras perspectivas, como a de

gênero, é danosa para o estudo de fenômenos sociais e legais, é o exemplo da criminalização da prática do aborto.

De acordo com Facio, para os homens, a questão do aborto é algo teórico, ético, moral e abstrato; é algo criminalizado para a proteção de uma vida abstrata sem mais problematizações, já que *“nunca tendrán que enfrentar un aborto desde su propio cuerpo. Para las mujeres en cambio, el problema del aborto es un problema concreto que millones de mujeres han debido enfrentar no sólo en un plano intelectual sino en su propio cuerpo.”* (FACIO, 1999, p. 189).

A criminalização da prática do aborto vem sendo objeto de aprofundado e sério estudo há anos, e a sua descriminalização, sem dúvidas, é uma das grandes pautas do movimento feminista. Pode-se dizer, de forma concisa, que entre os principais motivos que embasam a necessidade de descriminalização, e seguindo o caminho, a legalização, estão a violação à autonomia, à dignidade e à integridade física e psíquica, ao planejamento familiar, aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, entre outros. Na análise, também entra o impacto desproporcional que a prática do aborto tem entre mulheres que têm acesso às clínicas e as que não têm, evidenciando uma lamentável desigualdade.

Existe, atualmente, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) e sob relatoria da Ministra Rosa Weber, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) sob o número 442, ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a qual pretende ver declarada pelo STF a não recepção pela Constituição da República de 1988 dos crimes dos artigos 124 a 126 do Código Penal, todos referentes à criminalização da prática voluntária da interrupção da gravidez. Em 2018, foram realizadas audiências públicas e uma série de expositores estiveram presentes, das mais diversas áreas, como pesquisadores da área da Medicina, da Psicologia, da Bioética, da Antropologia, Direitos Humanos, os movimentos pela vida, as organizações feministas, os representantes religiosos, e etc.

Tendo em vista que o objeto do presente trabalho não é exatamente a análise da criminalização da prática do aborto, seu histórico, repercussões e nuances, não haverá um detido estudo deste crime. A intenção, por ora, é acompanhar as reflexões de Alda Facio e, seguindo a linha do que foi exposto acima, verificar como a doutrina penal brasileira – que, como já observado, possui relevante influência para os estudantes de direito – aborda esse crime, para analisarmos e termos o material para tecer comentários, posteriormente, acerca da perspectiva

adotada. A introdução acerca desse crime foi a título de demonstração da importância do debate sobre ele para diversos segmentos da sociedade, e, principalmente, para o movimento de mulheres.

Assim, com o intuito de produzir análises sobre a presença (ou não) de perspectivas de gênero na doutrina jurídico-penal brasileira, investiguemos, pois, o crime de aborto – escolhido por ser o mesmo referido por Facio - nos manuais, tratados e cursos escritos por alguns dos doutrinadores brasileiros de maior destaque e prestígio nas universidades, prática forense e concursos públicos. São eles: Guilherme Nucci, Cezar Roberto Bittencourt e Rogério Greco.

O primeiro analisado foi o autor Guilherme Nucci, em seu Curso de Direito Penal, volume 2, 4ª edição, publicado em 2020. No capítulo destinado ao aborto, o qual compreende os artigos 124 a 128 do Código Penal, o autor começa com os aspectos históricos do aborto citando uma pesquisadora da história do aborto denominada Giulia Galeotti.

Essa introdução possui, de fato, cunho meramente histórico, informando que há muitos séculos, em um contexto estoico, acreditava-se que o feto era apenas uma parte do corpo da mãe, sem autonomia alguma, e o aborto não era considerado crime; é dito que a influência do cristianismo e o desenvolvimento de aparelhos ecográficos, que permitiram a visualização e crescimento do feto, contribuíram para que o enxergassem como um ente autônomo (GALEOTTI *apud* NUCCI, 2020, p. 91).

Após essa introdução, o autor passa a conceituar e relacionar as formas de aborto. Nesse tópico, o doutrinador traz análises de Diaulas Costa Ribeiro, desembargador do TJDF e pesquisador de Direito e Bioética Médica¹. No trecho escrito por Ribeiro e colacionado por Nucci, há menção sobre a mortalidade feminina advinda da prática do aborto, bem como os riscos à saúde da mulher. Há, também, segundo Nucci, uma “releitura” do aborto, sugerindo-se nesta releitura que a criminalização da prática é em favor da preservação da própria vida das mulheres. A ideia é que, como inicialmente o aborto matava muitas mulheres e era “formalmente livre de penas”, “para proteger as mulheres da ‘pena de morte’, proibiu-se o aborto com ‘pena de vida’: prisão. A expectativa era a prevenção geral: fazer cessar as mortes de mulheres” (RIBEIRO *apud* NUCCI, 2020, p. 93).

1 <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/noticias/noticias-2016/noticias-2016-lista/8635-diaulas-ribeiro-e-o-novo-desembargador-do-tjdft>

Logo em seguida à exposição desta análise, Nucci enfatiza que “o grande dilema envolvendo o aborto, como crime ou fato lícito, é o debate em torno do início da vida humana” (NUCCI, 2020, p. 94). Ele faz referência ao autor Frediano José Momesso Teodoro para explicitar e concluir que, em virtude da ausência de certeza absoluta acerca do exato instante do início da vida, deve-se, então, recorrer ao *in dubio pro vida* (TEODORO apud NUCCI, 2020, p. 94).

Nucci faz também uma análise acerca dos prós e contras à legalização do aborto. Entre os fundamentos pró-aborto, ele traz, em síntese: i) direito à intimidade, ii) evitar abortos clandestinos, iii) evitar “crianças defeituosas”, iv) ausência de consciência do feto, v) para gravidez decorrente de estupro, vi) para salvar a vida da gestante (NUCCI, 2020, p. 94), sendo que essas últimas hipóteses já são contempladas como excludentes de ilicitude pelo Código Penal. Os argumentos são pouco explorados, alguns outros importantes estão ausentes, e, além disso, ele não traz referências de nenhum/a autor/a que domina o assunto.

Já em relação aos argumentos contrários ao aborto, ele traz i) limite à intimidade, ii) a impossibilidade de extirpar a prática de abortos clandestinos, iii) a repulsa à eugenia, iv) o feto como ente autônomo e equivalência do aborto ao homicídio, v) suposta raridade da gravidez advinda de estupro e adoção como solução dessas hipóteses, vi) possibilidade de salvar a vida da gestante em quase todos os casos, com a medicina moderna tornando o aborto obsoleto (NUCCI, 2020, p. 94). No final da exposição dos motivos contrários, ele faz referência a Roberto Vidal da Silva Martins, autor de obra sobre aborto no direito comparado.

Na análise da estrutura do tipo penal incriminador (artigo 124, CP), Nucci traz mais discussões sobre o início da vida, e, ao mencionar algumas posições divergentes – como a concepção, a formação do córtex cerebral etc. -, defende que o início da vida se dá com a nidação, ou seja, “fixação do óvulo fecundado na parede do útero” (NUCCI, 2020, p. 94).

Ao comentar sobre o sujeito ativo, importa mencionar que o autor defende, juntamente com o autor Rogério Greco, a posição de que, caso uma gestante suicida sobreviva e o feto faleça, haverá hipótese de aborto com consentimento da gestante (NUCCI, 2020, p. 97), devendo-se, pois, criminalizá-la.

Importa destacar que no tópico em que o autor comenta “mecanismos para aborto”, ele menciona a desigualdade acerca das possibilidades de realização de um aborto seguro, que, como já comentado, destoa conforme a classe social. Nesse contexto, aparentando não desconhecer de determinados problemas sociais envoltos ao tema, ele comenta que, pessoalmente, acredita ser preferível o nascimento e entrega do filho não desejado à adoção. Vejamos a análise:

Enquanto os penalistas ficarem debatendo quando começa ou deixa de começar a vida, essas distorções continuarão ocorrendo. Parece-nos que o aborto deve ser estudado não somente com vistas penais, mas também com ângulo social. Nos vários anos que passamos no Tribunal do Júri, julgamos pouquíssimos casos de aborto e todos eles de pessoas pobres. Isso não significa igualdade perante a lei. Nem mesmo isonomia. Embora o aborto, para nós, não deva ocorrer, sendo preferível a mãe biológica, após o nascimento, entregar seu filho para adoção, ele é uma realidade. Como lidar com isso? Ricos abortam com segurança; pobres abortam, sofrem graves consequências e ainda podem ser penalmente punidos. O equívoco legislativo é nítido. É preciso fazer algo. Ou todos podem ou ninguém, realmente, pode. Qual a política criminal do Estado brasileiro para o aborto? Não vemos nenhuma satisfatória até o momento (NUCCI, 2020, p. 100).

Ao analisar as excludentes de ilicitude do aborto, Nucci demarca ser favorável à constitucionalidade desses artigos, todavia, o autor achou pertinente trazer a observação de que, na doutrina constitucional, há quem seja absolutamente contrário à possibilidade do aborto em qualquer situação, pois feriria o direito supostamente absoluto à vida, cabendo, como solução, ao Estado a criação dos fetos após o nascimento, sob pena de, no caminho, passar-se a admitir o aborto para evitar “filhos portadores de doenças hereditárias ou congênitas” (2020, p. 108).

Além disso, acerca do aborto humanitário ou piedoso, Nucci, apesar de discordar, observa haver posição contrária a tal autorização legal, e destaca tal posição, atribuída a Afrânio Peixoto:

É santo o ódio da mulher forçada ao bruto que a violou. Concluir daí que este ódio se estenda à criatura que sobreveio a essa violência, é dar largas ao amor próprio ciumento do homem, completamente alheio à psicologia feminina. Um filho é sempre um coração de mãe que passa para um novo corpo (2020, p. 109).

Ao comentar acerca do consentimento da gestante para a realização do aborto se a gravidez resulta de estupro, Nucci destaca a imprescindibilidade de tal consentimento, ressaltando que, caso a mulher decida em manter a gravidez, ela estará demonstrando “superior desprendimento e nenhum bem será ainda mais sacrificado, além do trauma que já sofreu em virtude da violência sexual” (NUCCI, 2020, p. 109).

Apesar de a lei não delimitar o tempo máximo de gestação em que o aborto legal será possível, Nucci defende que, em relação ao aborto terapêutico (para salvar a vida da gestante), não há limite temporal, mas para os casos de gravidez decorrente de estupro, acredita haver um limite, que seria até os três meses de gestação ou até o momento em que se constate a viabilidade do feto fora do útero:

No tocante à gravidez decorrente de estupro, não aquiescemos com a mesma solução. Trata-se de uma autorização legal de cunho humanitário; logo, não se destina a salvar a vida da gestante. Ora, sabendo esta ter sido estuprada e tendo conhecimento da gravidez, cabe-lhe procurar o médico (particular ou em hospital público) para a realização do aborto até o terceiro mês de gestação, quando o feto não tem a menor possibilidade de viver fora do útero. A medicina tem evoluído bastante e, hoje, fetos com cerca de cinco meses já foram inseridos em máquinas para que continuem seu desenvolvimento extrauterino. Resta uma zona cinzenta entre o terceiro e o quinto mês. Cremos caber ao médico constatar a viabilidade, conforme o lugar e a época em que isso se der, de o feto continuar vivo, caso retirado do útero. Assim sendo, não é cabível o aborto humanitário. Entretanto, se o feto for considerado inviável fora do útero, torna-se possível o aborto humanitário. (NUCCI, 2020, p. 110).

Por fim, ao tratar do aborto à luz da anencefalia, apesar de parecer razoável ao autor o aborto nesses casos, ele lamenta profundamente que a possibilidade do aborto quando o feto possui inviáveis chances de vida ao nascer tenha dado margem para decisões em que juízes, utilizando-se da tese da inexigibilidade de conduta diversa, estejam ampliando o espectro para além dos casos estritos de anencefalia. Seriam os casos de “fetos ou embriões que irão constituir seres humanos defeituosos ou até monstruosos” ou casos em que há grande sofrimento dos pais “(...) de terem em gestação um feto ou embrião anormal, física ou mentalmente, mas com possibilidade de viver, ainda que com características monstruosas”, que entende o autor ser a “deformada ou de condição anômala” (NUCCI, 2020, p. 110-111).

O segundo autor analisado foi o Cezar Roberto Bitencourt em seu Tratado de Direito Penal, volume 2, 18ª edição, do ano de 2018. O autor trata do aborto no capítulo V e inicia sua análise a partir de considerações preliminares acerca do tipo penal em Códigos Penais anteriores. Ao tecer comentários sobre a criminalização do aborto no Código Penal vigente, o autor observa que o contexto de criação e aprovação deste Código, em 1940, era distinto do contexto atual, principalmente no que se refere a modernizações da Medicina. Dessa forma, ele acredita ser “perfeitamente defensável a orientação do Anteprojeto de Reforma da Parte Especial do Código Penal, que autoriza o aborto quando o nascituro apresentar graves e

irreversíveis anomalias físicas ou mentais, ampliando a abrangência do aborto eugênico ou piedoso” (BITENCOURT, 2018, p. 184).

Ao comentar o bem jurídico tutelado e a adequação típica do tipo objetivo, Bitencourt filia-se à posição de que o bem protegido “é a vida do ser humano em formação”, desde a concepção (BITENCOURT, 2018, p. 185). Nas observações a respeito da consumação e tentativa, Bitencourt reconhece que a tentativa de autoaborto, para o Código Penal, é punível, mas ele sustenta que essa tentativa deveria ser impunível por razões de política criminal, já que “o ordenamento jurídico brasileiro não pune a autolesão” (BITENCOURT, 2018, p. 191).

No que tange à excludente de ilicitude referente ao aborto para salvar a vida da gestante, Bitencourt é enfático em afirmar que os requisitos para incidência de tal excludente só estarão preenchidos quando houver perigo de vida da gestante – não sendo suficiente o perigo à saúde da mulher, “ainda que muito grave” - cumulado com o único meio de salvar a vida da gestante, não podendo existir outro meio, “caso contrário, o médico responderá pelo crime” (BITENCOURT, 2018, p. 194).

Bitencourt acredita que, caso a gestante esteja em perigo iminente de vida, mas não haja médico/a para realizar o procedimento, será possível que outra pessoa, como parteira ou enfermeira, provoque o abortamento e, mesmo assim, não haverá crime, justificando-se pelo estado de necessidade (2018, p. 194). Sendo caso de aborto humanitário, ele acredita que uma enfermeira que realize a prática pode estar acobertada pela inexigibilidade de conduta diversa.

Diametralmente oposto a Nucci, Bitencourt sustenta que, nos casos em que é sabido que a futura criança será acometida de enfermidade ou deformidade incurável, “a gestante que provoca o autoaborto ou consente que terceiro lho pratique está amparada pela excludente de culpabilidade inexigibilidade de outra conduta, sem sombra de dúvida” (BITENCOURT, 2018, p. 195). Também de forma distinta de Nucci, Bitencourt não sustenta a existência de limitação temporal para o aborto legal, nem mesmo para os casos de gravidez decorrente de estupro (2018, p. 195).

No tópico referente ao aborto anencefálico, Bitencourt informa que “trataremos neste tópico de um tema — aborto anencefálico — não sob os aspectos ético, religioso, social, moral ou emocional, mas procuraremos fazer uma análise, dentro do possível, neutra” (2018, p. 197).

Ele adota a posição de que o aborto anencefálico deveria ser – assim como decidido pelo Supremo Tribunal Federal - uma faculdade da gestante, e que ela estaria amparada, inclusive, pela inexigibilidade de conduta diversa, não existindo fundamento para a censura social (2018, p. 205), sendo desumano submetê-la a tal condição. Durante a exposição de sua opinião, o autor reflete sobre a dinamicidade da sociedade, sobre a obsolescência de muitas ideias e valores do Código Penal vigente e finaliza afirmando concordar integralmente com Carlos Artidório Allegretti, colacionando a seguinte passagem de Allegretti:

É impensável que, no Brasil, em horizonte visível, se possa chegar à descriminalização do aborto. O tema está impregnado, ainda, de intolerância religiosa e moral. E, todavia, dever-se-ia pensar no assunto muito séria e racionalmente. O Brasil rural, sem espaços públicos para discussão da autonomia e liberdades públicas, ambiente em que foi editado o código penal que vigorou em 1940, não existe mais. Deu lugar a um país urbano e favelizado, com imensas diferenças sociais, com enorme índice de exclusão, com absoluto desrespeito pelas minorias, mas com paradoxal consciência do coletivo, de espaços conquistados na direção da cidadania, dos direitos individuais e transindividuais e dos direitos humanos. O direito como legislação e como interpretação tem que recuperar o tempo perdido, eis que evoluiu menos do que a sociedade (ALLEGRETTI apud BITENCOURT, 2018, p. 209).

Outro autor que, por concentrar um nível de destaque nas cadeiras de direito penal, merece ter a sua obra analisada é Rogério Greco, jurista e ex-Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. O livro analisado foi o curso de Direito Penal, volume 2, 12ª edição, de 2015.

O autor trata do aborto no capítulo 6. Logo na introdução, Greco informa que “talvez o aborto seja uma das infrações penais mais controvertidas atualmente” (2015, p. 231). A título de explicitação a respeito das controvérsias que permeiam o tema, o autor relembra como um dos principais argumentos favoráveis à descriminalização do aborto o fato de que estes continuam ocorrendo, e em situações que põem em risco a vida da gestante (2015, p. 232), e não cita mais nenhum argumento entre todos os existentes.

A partir dessa breve introdução acerca da pungente controvérsia do tema, o autor passa a defender ferrenhamente a vida em formação, inclusive com diversas passagens bíblicas, sendo válida a transcrição de todo o trecho:

Por outro lado, há os defensores da vida, principalmente a do ser que está em formação. Quando a gestante engravida, uma nova vida começa a crescer em seu útero.

No livro de Jeremias, constante do Antigo Testamento, percebemos, pela Palavra de Deus, que Ele já nos conhecia antes mesmo de haver a fecundação do óvulo materno, pelo espermatozoide do homem. Quando o Senhor constituiu Jeremias como profeta, Ele o tinha feito antes mesmo do seu nascimento. Na verdade, antes mesmo que se tivesse formado no ventre materno. Vejamos, literalmente, o que diz esta passagem no livro de Jeremias, Capítulo 1, versículos 5 e 6:

‘Antes que eu te formasse no ventre materno, eu te conheci, e, antes que saíesses da madre, te consagrei, e te constituí profeta às nações.’

Isso significa que, embora não saibamos, Deus tem um propósito na vida de cada um de nós, razão pela qual, a não ser por situações excepcionais, não podemos tirar a vida de um semelhante, não importando o seu tamanho. Ainda o livro de Salmos, no Capítulo 139, o salmista Davi, no versículo 16, diz: ‘Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado quando nem um deles havia ainda’.

O problema no delito de aborto é que não percebemos a dor sofrida pelo óvulo, pelo embrião ou mesmo pelo feto. Como não presenciamos, não enxergamos, não ouvimos o seu sofrimento, aceitamos a morte dele com tranquilidade. A vida, independentemente do seu tempo, deve ser protegida. Qual a diferença entre causar a morte de um ser que possui apenas 10 dias de vida, mesmo que no útero materno, e matar outro que já conta com 10 anos de idade? Nenhuma, pois vida é vida, não importando sua quantidade de tempo (GRECO, 2015, p. 232-233).

A partir de então, o autor inicia a análise do tipo penal, com suas classificações doutrinárias e outras questões relevantes para a configuração do delito. Nessa parte, vale ressaltar que Greco acredita ser possível a realização do aborto por omissão, pois a gestante está na posição de garante; ele exemplifica essa assertiva com o caso de uma mulher grávida que percebe sangramento vaginal e nada faz, não se dirige ao posto de saúde e apenas aguarda o feto ser expelido (2015, p. 241).

Diferente da maioria da doutrina, como o próprio jurista salienta, Greco acredita que a possibilidade de aborto legal nos casos de gravidez decorrente de estupro não se coaduna de forma precisa em nenhuma hipótese de excludente de ilicitude. Para o autor, trata-se de inexigibilidade de conduta diversa. Ele acrescenta, ainda, que no confronto entre o feto gestado e a vida da mulher gestante violada sexualmente, o autor acredita que não deve o último prevalecer:

Pela redação do art. 24 do Código Penal, somente se pode alegar o estado de necessidade quando o sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. Ora, há uma vida em crescimento no útero materno, uma vida concebida por Deus. Não entendemos razoável no confronto entre a vida do ser humano e a honra da gestante estuprada optar por esse último bem, razão pela qual, mesmo adotando-se a teoria unitária, não poderíamos falar em estado de necessidade. Com relação à teoria diferenciadora, o tema fica mais evidente. Se o bem vida é de valor superior ao bem honra, para ela o problema se resolve não em sede de ilicitude, mas, sim, no terreno da culpabilidade, afastando-se a reprovabilidade da conduta da gestante que pratica o aborto (GRECO, 2015, p. 248).

Greco entende ser possível que, nos casos de aborto legal, outra pessoa que não o/a médico/a (como enfermeiras e parteiras) realize o procedimento sem gerar a criminalização. No caso do risco de vida da gestante, estaria o agente responsável pelo abortamento acobertado pelo estado de necessidade de terceiro, e no caso de estupro, seria caso de aplicação da analogia *in bonam partem*.

Ainda quanto ao aborto humanitário, o autor explicita ser essencial o consentimento da gestante para que o aborto ocorra, e nesse sentido, diz que “normalmente, após o nascimento da criança, a mãe apaga da sua mente a violência por ela sofrida, pois o amor pelo filho sobreleva todas as coisas” (2015, p. 250). Nos casos em que uma criança ou adolescente engravide, se a gestante quiser manter, e havendo divergências entre a opinião da criança ou adolescente e de seu representante legal, entende o autor que “deve prevalecer o raciocínio pela vida do feto, não importando a incapacidade da gestante” (2015, p. 250).

Por fim, cumpre ressaltar que ao abrir subtópicos para tecer considerações gerais e relevantes sobre o crime, o autor menciona o “aborto econômico”. No aborto econômico, caso uma gestante encontre-se em situação de exclusão social, com total desamparo pelo Estado, o que ela deve fazer é entregar o filho para a adoção, ao invés de realizar a “conduta extrema de causar a morte de um ser, mesmo que ainda em formação” (2015, p. 256).

3. IMPLICAÇÕES DA AUSÊNCIA DE PERSPECTIVA DE GÊNERO NO ENSINO JURÍDICO E NA ATUAÇÃO DOS OPERADORES DO DIREITO

3.1. Análise crítica das perspectivas adotadas pela dogmática jurídico-penal brasileira

A partir da investigação desenvolvida ao final do capítulo anterior, é possível verificar que os autores estudados – assim como grande parte dos demais doutrinadores prestigiados – pretendem, de certa forma, adotar uma perspectiva de abordagem do tema de forma “racional” e, sob esse manto da racionalidade, acabam expondo vieses de carga ética e moral.

Sobre essa suposta racionalidade do direito, é válido trazer algumas reflexões produzidas no texto “*El sexo del derecho*” (1990), de autoria de Frances Olsen, jurista norte-americana. Em seu texto, Olsen chama atenção a dicotomias, tais como: racional *versus* irracional, ativo

versus passivo, pensamento *versus* sentimento, razão *versus* emoção. Enquanto a primeira metade de tais categorias estaria ligada ao masculino, a contraposição destas categorias estaria ligada ao feminino. O direito, segundo ela, estaria historicamente identificado ao lado masculino. Essa visão se mantém viva.

Não é preciso muito esforço para concluir que sob uma perspectiva feminista que leve em consideração componentes de classe e raça, as reflexões estudadas, provocadas pelos doutrinadores em suas obras, teriam tomado outras nuances. Apesar de, aparentemente, terem vontade de apresentar os distintos lados das controvérsias acerca do aborto, constata-se pouco esforço dos autores na concretização para tanto, visto que não há menções a autoras comprometidas com o estudo do tema sob uma perspectiva de gênero.

Em lugar disso, dá-se destaque - mesmo que, às vezes, seja para discordar - a outros juristas e até a salmos bíblicos que endossam ideias no seguinte sentido: i) a criminalização do aborto funcionaria para salvar a vida das mulheres; ii) na discussão sobre o início da vida devemos recorrer ao "*in dubio pro vida*"; iii) o aborto pode abrir caminho para eugenia porque ninguém gostaria de ter crianças "monstruosas"; iv) que o aborto deveria ser proibido em todas as situações; v) que um feto advindo de uma violência sexual é um coração de mãe que passa para um outro corpo e nada tem a ver com a violação perpetrada; e mais uma série de argumentações nesse sentido.

Deve-se salientar que não se pretende, de forma alguma, culpabilizar, de forma individual, os doutrinadores por suas opiniões e interpretações, afinal a ausência de perspectiva de gênero é um fenômeno histórico, estrutural, e não individualizado. Reconhece-se a contribuição das obras desses autores e seus esforços.

Retomando as ideias de Alda Facio, observa-se que mesmo que a jurista tenha aportado suas reflexões em uma época distinta (o livro mencionado data de 1991) e com base em um ordenamento jurídico que não era especificamente o brasileiro, a autora, com precisão, conseguiu contribuir para, sob à luz da doutrina brasileira, entendermos as repercussões acerca da ausência de perspectiva de gênero, que marca, historicamente, diversas ciências humanas.

Acerca do exemplo do aborto, a jurista chama atenção para o fato de que analisá-lo sob a perspectiva de gênero não significa simplesmente falar que a despenalização é a única solução

e querer pôr um ponto final nisso (1991, p. 190). A questão é a atenção que se dá para as implicações de uma criminalização que estejam além da proteção do feto. E, indo além, conclui dizendo que talvez, se analisássemos a questão fora da perspectiva dominante, tradicional, que mais valoriza a vida em abstrato, *“tal vez ya habríamos encontrado una solución a las miles de muertes de mujeres en abortos clandestinos y a la consecuente desprotección de esa vida intrauterina que tanto se desea proteger.”* (FACIO, 1991, p. 190).

Por fatores como esses, Facio endossa a tese de que o direito é androcêntrico (1991, p. 191). Afinal, desde a criação das leis pelo Poder Legislativo, até a interpretação das mesmas por aqueles que operam no Poder Judiciário, tem-se essa análise dita neutra, sem perspectiva, mas que, em verdade, assume uma perspectiva e silencia outras.

Os reflexos dessa ausência de perspectiva de gênero, segundo Facio, não estão apenas na ação, ou seja, na concreta discriminação, por policiais e juízes na hora de aplicação das leis supostamente genéricas, mas também na omissão: *“las leyes que no existen, a todas las instituciones que no se han creado, y a la falta de una doctrina jurídica desde la perspectiva de la mujer como género subordinado”* (FACIO, 1991, p.191/192).

Apesar de parecer uma análise abstrata, sem vislumbre prático, isso não é o que uma investigação acerca dos discursos, práticas e decisões advindas do Poder Judiciário (e também de seus auxiliares) demonstram.

3.2. Reflexos na prática de uma dogmática alheia à gênero

Como antecipado acima, sabe-se que a doutrina jurídica é essencial no auxílio à seleção, aplicação e interpretação das leis. Facio entende que as leis são, ao mesmo tempo, constituídas e constituintes pelas/das formas de pensar na sociedade; elas ao mesmo tempo refletem e atuam sobre a sociedade (1999, p. 195). A criação e aplicação destas são realizadas por pessoas de carne e osso, que o fazem de acordo com a sua maneira conceber o mundo (1999, p. 197). Os aplicadores das leis guiam-se por aqueles que se debruçaram detidamente sobre tais leis e produziram suas próprias análises e, também, por documentos internacionais sobre direitos humanos ratificados pelo Brasil, principalmente aqueles que têm força de lei ou são supraleais.

O Brasil é signatário de diversos Tratados e Convenções sobre direitos humanos e direitos humanos das mulheres, conforma já exposto no capítulo 1. Portanto, há um dever da doutrina e a jurisprudência estarem atentas às normas de tais documentos. Contudo, na prática nem sempre isso ocorre, e as regras e os princípios previstos em tais normativas pouco são comentados quando da abordagem de assuntos que dizem respeito diretamente às mulheres. O resultado disso, aliado à ausência de perspectiva de gênero, é extremamente danoso.

Para fins de exemplificação, na linha da análise acima acerca do crime de aborto em algumas doutrinas, vejamos, através de uma busca no sítio eletrônico, decisões recentes do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) sobre interrupção da gravidez. Apesar de a consulta ser pública, não serão indicados os números dos processos e nem os nomes dos envolvidos para preservação da intimidade deles.

Como primeiro resultado da busca, encontramos um processo recente, em que a gestante, representada pela Defensoria Pública, requer, com endereçamento ao juízo do Tribunal do Júri, a expedição de alvará judicial para interrupção da gravidez. O que embasa o pedido é o diagnóstico de “Síndrome de Edwards (trissomia do cromossomo 18), apresentando malformação do sistema nervoso central, cardiopatia congênita complexa e artéria umbilical única”.

Há documentos juntados do Comitê de Ética Médica de um centro de referência na área da genética informando que tal condição acarreta em altíssimo índice de mortalidade gestacional e neonatal, ou seja, mesmo que o feto sobreviva, há baixíssima viabilidade de vida após o nascimento, assim como nos casos de anencefalia. Além disso, a manutenção da gestação implicava em riscos à saúde da própria gestante, tanto física quanto psicológica.

Ocorre, todavia, que mesmo com todas as embasadas recomendações de especialistas médicos, que deram parecer favorável à interrupção da gravidez, a magistrada de primeiro grau indeferiu o pedido de interrupção, já que considerou não haver nos autos “elementos de certeza quanto à inviabilidade do nascimento e da sobrevivência do feto após seu nascimento ou de risco de vida para a gestante”. Foi impetrado um *habeas corpus* com pedido de liminar, a liminar foi indeferida e, posteriormente, o remédio constitucional acabou perdendo o objeto antes de ser julgado, pois a gestante foi submetida a indução de parto para expulsão do feto natimorto.

Atenta-se para o fato de que a decisão da primeira instância e a decisão que negou a liminar em sede de *habeas corpus* foram proferidas por mulheres. Essa observação é relevante para que não se produzam interpretações equivocadas considerando que mulheres, por serem mulheres, decidem de um jeito “x” e homens de um jeito “y”. O que importa destacar é que tanto o gênero feminino quanto o masculino “estão sob a influência da cultura patriarcal e que o principal modelo de exercício de poder na esfera pública, acessível às mulheres, ainda é o masculino” (SABADELL, 2013, p. 229).

Em um outro caso analisado, não foi possível ter acesso aos autos do processo por tratar-se de segredo de justiça, mas, pela ementa do acórdão, pôde-se verificar que se tratava de um pedido de autorização para interrupção da gravidez decorrente de violência sexual. Em primeira instância, o pedido foi indeferido; houve recurso defensivo, mas, em sede de apelação, o indeferimento foi mantido.

Na ementa, o desembargador expõe que a gestante teria demorado cerca de 1 (um) mês para registrar na delegacia a ocorrência do estupro. Ele desconsidera completamente toda a problemática envolta sobre a angústia das vítimas em denunciar, tendo em vista o tratamento policial e judicial dispensado às vítimas de violência sexual, e desconsidera também outros aspectos que podem ter levado a essa “demora”, como a dificuldade na identificação de um abuso, a possibilidade de reação do abusador, e tantos outros problemas. O desembargador informou ainda que ela “não forneceu elementos mínimos da pessoa que a estuprou, limitando-se a mencionar características genéricas do suposto criminoso. Do mesmo modo, não há qualquer laudo de exame de conjunção carnal, laudo de exame de corpo de delito ou BAM...”.

Importante lembrar, aqui, que a própria doutrina informa que não há previsão legal quanto à necessidade de se requerer a expedição de alvará de autorização para interrupção da gravidez em casos de estupro, e alguns doutrinadores sustentam, inclusive, que a própria palavra da vítima seria suficiente. Caso se constatasse, depois, que não houve a violação sexual, ela seria responsabilizada por isso.

Cumprе destacar, ainda, que tal fato ocorreu antes da publicação da Portaria nº 2.282, do Ministério da Saúde, a qual dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde

(SUS). A partir da detida leitura da referida Portaria pode-se concluir que, de certa forma, seus requisitos são passíveis de constituírem empecilhos para a realização do aborto legal.

Quanto ao último caso, também houve o julgamento de um *habeas corpus* (tendo como autoridade coatora o juízo que emitiu a decisão no 1º grau) cuja íntegra do acórdão também está em segredo de justiça, mas que se pode verificar que a ordem foi denegada e o desembargador relator expõe, na ementa, a seguinte indagação:

Como cancelar o término da vida de um feto em formação, sem a existência de um mínimo de provas ávidas a apontar para a possível prática do delito de estupro, precedente lógico e necessário? Esta é uma pergunta retórica. O Registro de Ocorrência, o relato de atendimento da DPERJ e o exame de gravidez, por si só, não constituem meios bastantes para se comprovar a prática criminosa.

Por fim, um terceiro caso recente cuja análise é válida, trata-se de um processo no qual a mulher gestava um feto com a Síndrome de Patau (trissomia do cromossomo 13). Assim como no primeiro caso aqui analisado, a requerente acostou aos autos os laudos médicos subscritos por renomados geneticistas comprovando o diagnóstico e informações acerca da enorme possibilidade de aborto espontâneo e ainda a letalidade aos recém-nascidos (91%), sendo a média de sobrevida de 7 dias.

Em primeira instância, o pedido de expedição de alvará autorizando a interrupção foi indeferido pelo magistrado, mas, em sede de *habeas corpus*, a ordem foi concedida, pois entendeu-se que tal situação guardava absoluta similitude com o caso da anencefalia, julgado pelo Supremo Tribunal Federal na ADPF nº 54, já que praticamente não havia possibilidade de vida extrauterina.

Na decisão da primeira instância que indeferiu o requerimento de expedição de alvará, merece destaque uma passagem em que o magistrado, em sua argumentação, passa a concluir que "o diagnóstico lamentavelmente pode produzir intenso sentimento de dor e angústia à gestante e a seu cônjuge, circunstância que, entretanto, não é suficiente para sobrepujar a necessidade de salvaguarda da expectativa de sobrevida do feto, que de fato existe. ”

Por outro lado, no voto da desembargadora relatora do *habeas corpus*, cabe ressaltar, com certa satisfação, a menção ao fato de que a Constituição, além de proteger a vida, protege também “a dignidade humana, a liberdade e a autonomia da vontade, e sempre que princípios

constitucionais aparentam colidir, deve o intérprete procurar as recíprocas implicações existentes entre eles até chegar a uma inteligência harmoniosa”. Ademais, ela considerou a angústia e o sofrimento da mulher que passa por situação como esta e foi além:

Não se ignora que, no plano infraconstitucional, a regra geral é a punição irrestrita do aborto. Embora o Direito seja produto de múltiplas influências sociais e, consequentemente, suas regras mereçam alteração para acompanhar a permanente transformação da sociedade, o legislador penal mantém postura de absoluta indiferença em relação à evolução da biomedicina, que hoje permite diagnóstico pré-natal seguro a respeito de aberrações cromossômicas graves e outras patologias incuráveis. Assim, nosso Código Penal persiste apontando apenas as indicações terapêutica e ética como as duas hipóteses que tornariam lícito o aborto praticado por médico – sendo esta lacuna na lei a razão do indeferimento da interrupção da gravidez pelo Juízo a quo.

Aproveitando o ensejo da análise acima, retoma-se às reflexões já iniciadas: uma perspectiva que considere minimamente questões de gênero faz uma grande diferença, principalmente nesses casos em que, conforme a própria desembargadora acima relatou, há lacuna na lei. A interpretação e aplicação do direito de forma socialmente responsável, atenta às lutas e demandas de movimentos sociais, reclama, além de outras medidas, um acúmulo teórico já na própria universidade.

Caso não se reforce a sua importância, a utilização do direito como instrumento de dominação sobre grupos oprimidos se perpetuará, contrariando, inclusive, princípios da própria Constituição da República e normativas internacionais.

À luz do exposto, percebe-se - como nesses casos do aborto -, o brutal impacto, no caso concreto, de determinada linha argumentativa, retórica ou posição adotada pelo julgador na vida de uma mulher. A prática judicial demonstra, na maioria dos casos, despreparo – seja ele proposital ou não – para lidar com situações em que as questões de gênero gritam, abraçando, muitas vezes, perspectivas patriarcalistas.

3.3. O direito é capaz de trazer alguma solução?

Tendo em vista todas as considerações realizadas acima, uma análise final perpassa por entender até que ponto o direito - compreendido como o sistema de justiça e as teorias jurídicas que fornecem base para interpretações legais, construção de princípios e etc. - pode ser uma ferramenta útil, caso se acredite que ele tem potencial para oferecer algumas soluções. A

princípio, não se pode desconhecer que uma das facetas do sistema de justiça é reproduzir violências, revitimizações. Para além disso, é necessário falar também de outras limitações.

Como o foco do trabalho foi apontar para questões mais teóricas como a forma de abordagem de determinados conteúdos no ensino jurídico e suas repercussões em práticas institucionais, deixou-se de lado a análise de diversos problemas que são verdadeiros empecilhos ao acesso à justiça das mulheres. Esses problemas já foram apontados por detalhados relatórios, como o desenvolvido no âmbito da série Pensando o Direito, nº 52, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), coordenado pela pesquisadora Cristiane Brandão.

O estudo teve como objeto as práticas institucionais no âmbito da violência contra a mulher e constatou, entre problemas físico-estruturais: i) falta de espaço físico para atendimento humanizado; ii) grande número de demandas e poucos Juizados e Núcleos; iii) problemas quanto à falta de profissionais, iv) atendimento feito por funcionários e estagiários; entre outros (AUGUSTO, 2015). Muitos são os problemas, e alguns estão, inclusive, relacionados ao que já foi pincelado aqui, como o patriarcalismo jurídico.

Mas, esses são problemas que vão além do que se delimitou para tratar aqui. Voltando ao ensino jurídico, a análise realizada nas doutrinas (que resvalam na prática e nos discursos jurídicos) nos leva à constatação de que, quando se trata de crimes que envolvam os direitos das mulheres, há sobretudo uma carga moral submersa em uma suposta análise técnica, e o resultado disso é a manutenção de uma estrutura de dominação.

O ensino e a pesquisa jurídicos, em seu processo de formação, defrontam-se com as mais diversas opiniões, crenças e valores de cunho social, ético, moral, religioso, político e etc., absorvem aquelas que são dominantes e reproduzem-nas em um novo formato, com nova roupagem, uma que seja técnica, objetiva, científica, positivista. Ao dizer-se isso, a questão aqui não é propor a rejeição da intelectualidade, mas sim entender que ela também pode servir a um propósito deliberado, justamente por insistir nessa – inexistente – neutralidade.

Essa ilusão de que se produz conhecimento de forma completamente desmembrada do sujeito investigador está implantada também em outras áreas. Para enfrentar esse paradigma, Sofia Neves e Conceição Nogueira enfatizam a reflexividade, a qual propõe repensar a relação

entre o investigador e o processo de investigação e produção de conhecimento, entendendo que estes últimos sempre estão, em algum nível, contaminados pelo contexto daqueles que o produzem:

Assim sendo, não podem nunca derivar de um vácuo relacional entre os/as investigadores/as, os/as investigados/as e os seus ambientes, uma vez que as referências sociais de todos se cruzam inevitavelmente no curso da investigação. A reflexividade deve, por isso mesmo, fazer-se sobre as implicações desse cruzamento de referências sociais, de maneira a favorecer um melhor entendimento das dinâmicas que se desenvolvem nos espaços de interação (NEVES e NOGUEIRA, p. 410, 2005).

As autoras ressaltam que as perspectivas feministas contribuíram com a instauração dessa nova forma de pensar nas Ciências Sociais. Ao fazer tal análise na Psicologia, foi possível constatar que a ciência psicológica (e as teorias a ela afetas) “havia sido alicerçada com base em elementos androcêntricos, classicistas, etnocêntricos e heterossexuais” (NEVES; NOGUEIRA, p. 410, 2005).

Embora as autoras não tenham dedicado uma análise específica ao direito, por tudo o que já foi aqui falado, vê-se que a lógica é a mesma. A pesquisa, a produção de conhecimento, o ensino jurídico e a prática operam dessa forma. No ensino jurídico, de uma forma geral, o conhecimento é transferido ao aluno desta forma supostamente neutra que se exime de vieses críticos principalmente no que tange a análises de gênero.

No direito penal especificamente, onde as análises críticas, feministas, são essenciais para combater a reprodução de violências, tem-se, em seu lugar, um verdadeiro depósito de informações (no sentido atribuído por Freire) de caráter “técnico”, as quais são construídas pela doutrina para que se interprete adequadamente a lei, e nesse combo de tecnicismo são transmitidos valores morais que violentam subalternizados, principalmente aqueles que não atendem às expectativas criadas, necessárias para a manutenção de uma ordem patriarcal, racista, capitalista. Usa-se da dogmática penal de forma sexista. Tenta-se disfarçar esse fato com um apeço às regras, mas esquece-se de que tais regras são passíveis de análise crítica, assim como as construções argumentativas formadas a partir delas. E, definitivamente, elas não são herméticas e alheias às relações de poder.

Sob uma análise mais ampla do ensino jurídico, é possível verificar que ele trabalha manejando teorias e conceitos que reforçam uma ordem dominante vigente sob uma forma

“límpida”, ilusoriamente despida de algum viés. Quando tenta-se apontar para isso, reivindicando-se a necessidade de uma outra perspectiva, acusam esse conhecimento crítico como não técnico, contaminado demais pelas outras ciências humanas, e até imprestável, e assim perpetuam-se silenciamentos.

Esse ensino não é emancipatório. Ele funciona como mais uma tecnologia de opressão, cotidianamente reforçada e justificada. Para muito além de códigos e conceitos distantes, o ensino jurídico, como ele é hoje, está diretamente conectado à ocorrência de perversões praticadas por atores do sistema de justiça em audiências contra vítimas e autoras mulheres, nas peças e decisões carregadas de julgamentos e desqualificações morais, revitimizações, objetificações, tratamentos vexatórios e indignos que não acolhem e, pelo contrário, aviltam direitos já consagrados no ordenamento nacional e sobretudo em documentos internacionais. Mas, tudo bem se isso tudo é feito dentro de uma técnica impecável, que não contrarie a letra da lei, pois esse é o cerne da preocupação vigente.

Por outro lado, o ensino que propõe uma análise crítica, como a teoria feminista, está atento a quais propósitos essa suposta racionalidade humana serve. E a formação de conhecimento a partir daí é interdisciplinar, e não é acabada, ela é construída e também desconstruída se for preciso, tendo como critério de validade a práxis, ou seja, a teoria aliada à prática transformadora.

A universidade e os/as professores/as possuem papel central nisso, e é possível analisar esse papel sob diversos aspectos: disciplinas ofertadas, referencial bibliográfico utilizado /recomendado, fomento à pesquisa, promoção de atividades e etc.

A universidade é muito maior do que o depósito de um conhecimento distante, que vem tão desconectado como se viesse dentro de caixinhas. Lilia Pougy, ao se referir aos serviços de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade e violação de direitos promovidos pelo Centro de Referência das Mulheres da Maré Carminha Rosa (CRMM-CR) e o Centro de Referência para Mulheres Suely Souza de Almeida (CRM-SSA) relembra que esses serviços essenciais são prestados por uma universidade pública, e que o cumprimento deles é inclusive um dever. As razões são:

Primeiro, em razão da função social da universidade pública de formar profissionais e pesquisadores mestres e doutores implicados com as demandas e as necessidades da sociedade brasileira, cujas desigualdades sociais fertilizam as desigualdades de gênero. O retorno do investimento da sociedade, além da formação profissional e de pesquisadoras (es) envolve desenvolver e experimentar metodologias de atenção integral na qual a mulher em situação de vulnerabilidade pudesse se reconhecer como sujeito e protagonista de sua história de vida, conquanto suas condições adversas (POUGY, 2017, p. 155).

É justamente isso: a função social da universidade impõe a quebra dos muros que a cercam. E essa lógica é tanto de dentro para fora quanto de fora para dentro. O movimento de fora para dentro da universidade consiste na percepção de que o conhecimento, principalmente o jurídico, se faz com trocas: trocas com movimentos sociais, trocas com pessoas em infelizes condições de subalternização, trocas com trabalhadores. A partir disso que se poderá formar um conhecimento sólido e um ensino que não seja excludente, pois ele é capaz de resgatar vozes, problematizar ideias hegemônicas e verdadeiramente emancipar, visando combater não só a opressão de gênero, mas todas as opressões.

Já o movimento é também de dentro para fora, porque, dentre tantos outros motivos, entende-se que a universidade tem o papel de devolver à sociedade tudo o que é investido nela, e para isso ela deve se preocupar também em oferecer serviços que sejam úteis, acolhedores e promovam a cidadania. Por fim, o ensino deve ser ministrado pautando-se pelos reclames e necessidades da sociedade, e isso implica necessariamente que se revise a técnica para adequá-la corretamente como um instrumento de combate à desigualdade e opressões. O ensino jurídico deve ser subvertido para que não reforce e justifique essa lógica.

CONCLUSÃO

Ante o exposto ao longo deste trabalho, algumas questões se evidenciam. A primeira delas é que os movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista, são muito fortes e não devem ser subestimados quando atuam para inquietar e transformar o direito. O problema é que eles atuam contra a corrente. Vivemos em uma sociedade estruturada por componentes de classe, raça e gênero, e essa estrutura impõe sólidas barreiras às mobilizações. Enquanto isso, as ferramentas que poderiam ser manejadas para auxiliar nessa transformação são utilizadas para manutenção da ordem.

Ao analisar-se criticamente o ensino jurídico, sob uma perspectiva de gênero, conclui-se que, de uma maneira geral, ele acaba funcionando como mais uma tecnologia de opressão. Assim, as teorias, a produção de conhecimento, e as retóricas jurídicas funcionam dialeticamente, pois ao mesmo tempo em que justificam (recorrendo a julgamentos morais e violadores de direito), elas próprias são justificadas pelo corpo social. Afinal, elas estão em harmonia com o contexto em que estão imersas.

Como oportunamente apontou Alda Facio (1999), a metodologia para análise de gênero nos demonstra que a neutralidade do direito é uma farsa, ela não existe porque não é possível conceber o direito de uma maneira distante, hermética. O que se presume universal, na verdade, é um particular universalizado. Fazendo um paralelo com a metodologia feminista analisada por Neves e Nogueira (2004), a qual utiliza-se da reflexividade para reposicionar o sujeito investigador como indissociável do objeto investigado, temos que, no direito, esse particular que se universaliza impõe um padrão que marginaliza todo o resto.

Nesse sentido, o direito (compreendendo-se o ensino, a pesquisa e principalmente a prática), mormente o direito penal, visto tanto na perspectiva da mulher como vítima como da mulher como autora, deve ser objeto de críticas diversas. Nessas duas posições (autora/vítima), a mulher está suscetível a se deparar com a reprodução de estigmas, aviltamento de direitos e de dignidade.

Diante de tudo isso, é tentador assumir um pessimismo paralisante, quando mais frutífero seria abraçar o “pessimismo da razão e o otimismo da vontade”, frase do pensador francês Romain Rolland atribuída a Gramsci, que invocou essa frase em suas análises. Na verdade, não

se pretende dar uma resposta pronta com soluções para os problemas existentes, em uma espécie de “receita de bolo” ou tutorial para seguir e fazer funcionar as coisas da forma como gostaríamos. Afinal, isso é impossível, pois a complexidade do fenômeno não permite.

Abandonar o direito, por outro lado, não parece ser a posição mais coerente com o comprometimento de mudanças, pelo menos não nas condições e estruturas que estão (im)postas hoje. Afinal, fingir que o problema não existe, ou acreditar inabalavelmente que é impossível lidar com ele, não o faz desaparecer. Um dos caminhos nesse meio é justamente a dominação, a habilidade em lidar com essa já criticada técnica para encontrar brechas de subvertê-la, trabalhando teoricamente com os recursos que se tem de forma crítica, contundente, alternativa e criativa. A outra opção ligada à prática são as mobilizações populares. As próprias lutas analisadas no primeiro capítulo demonstram a possibilidade de gerar transformações. E nesse caldeirão de contradições, sobrevivem os conflitos e disputas.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rosendo Freitas de; MAIA, Isabelly Cysne Augusto; BARRETO, Júlia d'Alge Mont'Alverne. A Importância da Extensão Universitária na Formação do Bacharel em Direito: Análise do Curso Pré-Vestibular Paulo Freire. **Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, v. 12, n. 2, p. 335-359, fev, 2018.

ALMEIDA, Suely Souza de. Essa violência mal - dita. In: ALMEIDA, Suely Souza de (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2007. p. 23-41.

ALVES, Branca Moreira. A luta das sufragistas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 49-63.

AUGUSTO, Cristiane Brandão et al. Femicídio: colunas partidas do sistema penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 153, ano 27, p. 207-242. São Paulo: Ed. RT, março 2019.

AUGUSTO, Cristiane Brandão. **Violência contra a mulher e as práticas institucionais**. Brasília: Ipea/Ministério da Justiça. 2015. (Série Pensando o Direito, v. 52).

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 458-463, jan, 1995.

BARSTED, Leila Linhares. **Violência contra a mulher e cidadania: uma avaliação das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Cepia – Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação, Ação, 1994.

_____. O Progresso das Mulheres no Enfrentamento da Violência. Rio de Janeiro: CEPIA; Brasília: ONU Mulheres, 2011.

_____. Lei Maria da Penha: uma experiência bem-sucedida de advocacy feminista. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. p. 13-37.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

_____. **Decreto-lei nº 2.848 – Código Penal**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm

_____. **Decreto nº 1.973**. Brasília, Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1973.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.973%2C%20DE%201%C2%BA,9%20de%20junho%20de%201994.

_____. **Decreto nº 4.377**. Brasília, Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4377.htm.

_____. **Exposição de Motivos da Lei Maria da Penha**. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projeto/EXPMOTIV/SMP/2004/16.htm.

_____. **Lei nº 9.394 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm

_____. **Lei nº 11.340**. Brasília: Congresso Nacional, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm

_____. **Lei nº 13.005**. Brasília: Congresso Nacional, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm

_____. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2004. Disponível em: [http://www.observe.ufba.br/_ARQ/PNPM\[1\].pdf](http://www.observe.ufba.br/_ARQ/PNPM[1].pdf).

_____. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_politicamulheres.pdf

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**: parte especial 2: crimes contra a pessoa. 18. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CALAZANS, Myllena. CORTES, Iáris. O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. p. 39-63.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 117-133, dez, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31 ago. 2020.

CARRARA, Sergio (org.). **Gênero e diversidade na escola**: avaliação de processos, resultados, impactos e projeções. Rio de Janeiro: Cepesc, 2017.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Para uma dogmática constitucional emancipatória**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER (CNDM). **Carta das Mulheres aos Constituintes de 1987**. Brasília, DF: CNDM, 1987.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo: uma história a ser contada. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 25-47.

_____. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, Dec. 2003.

FACIO, Alda. **Metodología para el análisis de género del fenómeno legal**. Género y Derecho. Santiago de Chile: Ediciones LOM, 1999. Disponível em: https://www.agencianuba.com/equis/wp-content/uploads/2016/01/S_1_1.pdf.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 71ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 45ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. 1988.

GRECO, Rogério. **Curso de direito penal: parte especial** - v. 2. 12. ed. Niterói: Impetus, 2015.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Edição única. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

_____. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. **O feminismo é para todo mundo**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LAGARDE, Marcela. **Por la vida y la libertad de las mujeres: Fin al feminicidio** Día V Juárez. 2004.

MELLO, Adriana Ramos de. PAIVA, Livia de Meira Lima. **Lei Maria da Penha na Prática**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da educação superior 2017**. Brasília: 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS. **Diaulas Ribeiro é o novo desembargador do TJDF**. 2016. Disponível em:

<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/noticias/noticias-2016/noticias-2016-lista/8635-diaulas-ribeiro-e-o-novo-desembargador-do-tjdft>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **MPRJ e Seeduc assinam convênio sobre lei Maria da Penha nas escolas públicas**. 2017. Disponível em: <https://www.mprj.mp.br/home/-/detalhe-noticia/visualizar/4104>

NEVES, Sofia; NOGUEIRA, Conceição. Metodologias feministas: a reflexividade ao serviço da investigação nas ciências sociais. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre , v. 18, n. 3, p. 408-412, Dez. 2005 .

NUCCI, Guilherme de Souza. **Curso de Direito Penal**: parte especial: arts. 121 a 212 do Código Penal. 4. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

OLSEN, Frances. **El sexo del derecho**. David Kairys (ed.). The Politics of Law. Nueva York: Pantheon, 1990, pp. 452-467

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra a Mulher** ("Convenção de Belém do Pará"), 1994.

PASINATO, Wânia. **Justiça e violência contra a mulher**: o papel do sistema judiciário nos conflitos de gênero. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11.340/2006. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2011. p. 119-142.

_____. Oito Anos de Lei Maria Da Penha. Entre Avanços, Obstáculos e Desafios. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 2, p. 533-545, maio, 2015.

PITANGUY, Jacqueline. A Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 81-96.

POUGY, Lilia Guimarães. Pedagogia de gênero e o feminismo em perspectiva: implicações à cidadania brasileira. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 10, n. 4, ed. especial, set./dez.2017.

RIO DE JANEIRO, **Lei nº 7.477**, de 31 de outubro de 2016. Rio de Janeiro, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/wwwalerj.nsf/pages/principal>

RIO DE JANEIRO, **Lei nº 6.427**, de 18 de dezembro de 2018. Rio de Janeiro, Câmara Municipal, 2018. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/50ad008247b8f030032579ea0073d588/1dffe89675ab0c10832583670072942e?OpenDocument>

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de Sociologia Jurídica**: introdução a uma leitura externa do direito. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, v. 63, p. 237-280, out, 2002, Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/1285>.

SHUMAHHER, Schuma. O Lobby do Batom, para dar o nosso tom: a Constituição Federal e os avanços no âmbito da família e da saúde. In: ANAIS DE SEMINÁRIOS 30 ANOS DA CARTA DAS MULHERES AOS CONSTITUINTES. 2018. **Anais eletrônicos[...]** Rio de Janeiro: Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2018. p. 65-71. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/publicacoes/anais_de_seminarios_da_emerj/edicoes/volume1_2018/anais_de_seminarios_da_emerj_volume1_2018.pdf. Acesso em 31 de ago. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **O que são direitos humanos das mulheres**. 1ª ed. *ebook*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

WANDSCHEER, Lisiane. Agência Brasil. **Para ONU, Lei Maria da Penha é uma das mais avançadas do mundo.** 2010. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2010-03-08/para-onu-lei-maria-da-penha-e-uma-das-mais-avancadas-do-mundo>.